

convergência

ABR — 1973 — ANO VI — N.º 56



- **TENSÕES ENTRE MISSÃO DO FUNDADOR E NECESSIDADES ATUAIS DA IGREJA**, página 137
Frei Hugo D. Baggio, OFM
- **RELIGIOSAS E TAREFAS PRESBITERAIS**, página 149
Pe. Luiz González Quevedo, SJ
- **O RELIGIOSO A SERVIÇO DO DOENTE**, página 164
Pe. Adriano Backx, CSSR
- **A FIGURA DO SUPERIOR RELIGIOSO ATUAL**, página 175
Pe. Pedro Arrupe, SJ

Diretor-Responsável:
Frei Constâncio Nogara

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima

Direção, Redação, Administração:
Rua Dom Gerardo, 40 — 5.º andar
(ZC-05) — 20 000 — RIO DE JA-
NEIRO — GB

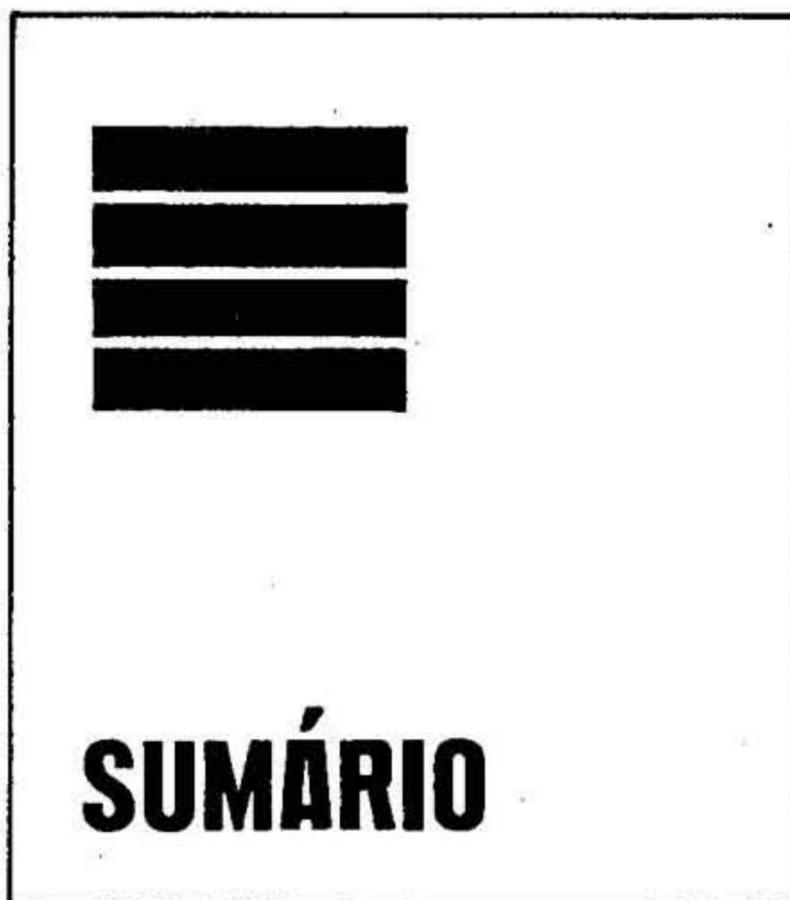
Assinaturas para 1973:

Brasil: via terrestre Cr\$ 40,00
 via aérea Cr\$ 45,00
Exterior: US\$ 12,00
Avulso Cr\$ 4,00

Os artigos assinados são da res-
ponsabilidade pessoal de seus au-
tores.

Composição: Compositora Helvé-
tica Ltda., rua Aníbal Benévolo, 173
Rio de Janeiro - GB.

Impressão: Oficinas Gráficas da
Editora VOZES Ltda., rua Frei Luís,
100 — 25600 — Petrópolis, RJ.



EDITORIAL	129
INFORME DA CRB	131
— Assembléias Regionais	
— Encontro dos Presidentes e Secretários Executivos	
TENSÕES ENTRE MISSÃO DO FUNDADOR E NECESSIDADES ATUAIS DA IGREJA , Frei Hugo D. Baggio, OFM	137
RELIGIOSAS E TAREFAS PRESBI- TERAIS , Pe. Luíz González Que- vedo, S. J.	149
O RELIGIOSO A SERVIÇO DOS DOENTES , Pe. Adriano Backx, CSSR	164
A FIGURA DO SUPERIOR RELI- GIOSO ATUAL , Pe. Pedro Arru- pe, S. J.	175
LIVROS NOVOS	185



Quando Paulo VI falou em Bogotá que precisamos buscar "algo novo e grande", sintetizava as linhas mestras do Vaticano II.

A Igreja vivera séculos quase só voltada sobre si mesma, procurando se proteger contra o mundo. Num processo ascendente de maturação apareceu o Concílio e consubstanciou, senão todos, ao menos grande parte dos anseios do homem hodierno, que busca tempestuosamente, uma abertura ao infinito, um apoio para superar o egoísmo, a não-comunicação, a auto-suficiência, a automação, a propaganda, ao serviço do simples consumo.

Quem pois julgasse que o Concílio traria tranqüilidade ou confirmasse a situação existente, equivocou-se. O Vaticano II atualizou a palavra de Cristo: "Não vim trazer a paz, mas a espada." O Evangelho é profundamente perturbador para quem vive acomodado. Ele exige motivações sólidas para o modo de agir. Não se contenta com meras palavras.

É radical, empenhativo, colocando em jogo a própria vida da pessoa. O Concílio quis expressar esta radicalidade evangélica, traduzindo-a para o homem de hoje.

Nasceram assim novas tensões dentro da Igreja e as que



estavam latentes se manifestaram. Apesar de, em nome da caridade, cometerem-se muitos erros, tudo se tornou mais simples e transparente, a partir do momento em que o homem assumiu a responsabilidade de sua liberdade. As tensões entre grupos e pessoas se evidenciaram: tensões entre bispos, entre padres, entre teólogos, entre leigos, dentro das Congregações religiosas. Fiquemos com este último ponto, pois é nossa vida.

Os Capítulos Gerais e Provinciais procuraram redescobrir o carisma do Fundador e traduzi-lo em termos atuais. O êxito foi tão diversificado, quão numerosas são as Congregações. Cada uma percorreu um caminho, encontrou suas barreiras e soluções. Como abandonar uma série de tradições seculares e ficar fiel ao Fundador? Não seria um risco? **Frei Hugo Baggio** faz sobre este ponto uma reflexão muito apropriada, que trará boas luzes.

A religiosa dentro da Igreja nem sempre teve seu papel, como mulher, definido e reconhecido. Certos trabalhos pastorais eram "próprios" de padre. A religiosa não tinha acesso e devia obedecer humildemente. O Concílio abriu uma série de novas perspectivas.

Tarefas que ontem só podiam ser exercidas pelo padre, são hoje feitas por religiosas, sem escândalo e com maior eficiência muitas vezes. Estes e outros aspectos críticos encontram um

encaminhamento seguro no artigo de **Luiz González Quevedo**.

Mais de 12.000 religiosas trabalham no setor saúde. Que tensões e problemas enfrentam elas? E sua opção pelo Cristo, sua vida religiosa? **Pe. Adriano Backx**, dono de uma longa experiência neste meio pastoral, escreve o que julga premente saber para as que trabalham e para as superiores.

O Padre Geral da Companhia de Jesus, **Pedro Arrupe**, pronunciou uma conferência diante dos Superiores Gerais em Roma sobre a função do Superior. Um trabalho extraordinariamente equilibrado e lúcido, onde faz face às tensões com franqueza e a elas dá uma resposta objetiva.

O Evangelho é contestador da realidade porque se atribui o direito de apontar novos caminhos. A vida religiosa, por ser radicalização do Evangelho, deverá ser ainda mais contestadora. Como fruto natural deste pronunciamento surgirão tensões, que serão o impulso interno, a manifestação visível da vida que está pulsando.

Toca a nós superar as tensões, prosseguir o caminho e servir ainda melhor ao Senhor.

Frei Constâncio Nogara, OFM

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

ASSEMBLÉIAS REGIONAIS

Para facilitar a participação dos Superiores Maiores e dos Religiosos nas diferentes Assembléias Regionais, onde tenham casas, publicamos a lista completa destes encontros, em todo o Brasil. As Assembléias, por sua natureza, constituem o ponto alto na mútua ajuda entre os Religiosos dentro da Regional.

REGIONAL,	MÊS	DIAS
Rio de Janeiro, GB	maio	07, 08, 09 e 10
São Paulo	maio	16, 17, 18 e 19
Belo Horizonte	maio	22, 23 e 24
Recife	junho	20, 21 e 22
São Luís	junho	28, 29 e 30
Salvador	agosto	31, 30 e 1/set.
Fortaleza	setembro	03, 04 e 05
Curitiba	setembro	24, 25, 26 e 27
Goiânia	outubro	02, 03 e 04
Florianópolis (em Lages)	outubro	17, 18 e 19
Porto Alegre	outubro	19, 20 e 21
Campo Grande	outubro	22 a 31
Manaus	outubro	26, 27 e 28
Belém	novembro	31 out. 01 e 02

ENCONTRO DE PRESIDENTES E SECRETÁRIOS EXECUTIVOS

Anualmente realiza-se o Encontro de todos os Presidentes e Secretários Executivos das Regionais da CRB. Nos anos anteriores, realizavam-se duas reuniões: uma dos Presidentes e outra, dos Secretários. Pela primeira vez, a reunião foi conjunta: Presidentes, Secretários, Diretoria e Executivo Nacionais.

LOCAL

Teve lugar no Colégio Sagrado Coração de Jesus, Alto da Boa Vista, aqui no Rio de Janeiro. Local excelente, seja pelas montanhas e florestas que o rodeiam, seja pelo clima. É o lugar onde se registra normalmente a temperatura mais baixa durante o verão. O Encontro teve duração de 5 dias completos: de 19 a 24 de março.

PARTICIPANTES

Entre Presidentes e Secretários Regionais, Diretoria e Executivo Nacionais, estiveram presente 37 pessoas. Somente faltaram os Presidentes de Curitiba e Campo Grande. **Membros da Diretoria Nacional:** Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, S.J.; Irmã Maria Aparecida Guimarães, MJC; Pe. Fallero Bonci, Claretiano; Pe. Júlio Munaro, Camiliano; Irmã Ângela Zanotti, Sta. Catarina; Irmã Helena Maria Ferreira, SCJ. **Executivo Nacional:** Frei Constâncio Nogara, OFM; Irmã Nilza Junqueira Reis, RA; Pe. João Marcos de Lima, SDB; Irmã Jeanne Marie Thierny, OSU; Frei Fábio Panini, OFM.

Presidentes e Secretários Regionais: Pe. Guilherme van de Lokkant, Crúzio e Pe. João Derickx, C.SP.S. (Belém); Pe. Felix Valenzuela, OSA, e Irmã Mercedes Vianna, Cl. Franc. (Belo Horizonte); Frei Raimundo Schuermann, OFM (Campo Grande); Pe. Ivo José Coppi, C. Pass. (Curitiba); Irmão Aloísio Kuhn, Marista, e Pe. Eloy Oswaldo Guella, S.J. (Florianópolis); Irmã Carmélia Costa Nogueira, FCSV (Fortaleza); Frei Rui Carrigan, OFM, e Pe. Jesus Flores, CSSR (Goiânia); Pe. Egberto van Lier, C.SP.S., e Irmã Yara Megalhães, CSD (Manaus); Frei Eugênio Schmidt, OFM, Pe. Affonso Mattye, CSSR, e Frei Dio-

nísio Colombo, OFM (Porto Alegre); Irmã Cecília Sodero Pousa, CSA, e Pe. Geraldo Pennock, CSSR (Recife); Pe. Egídio Doldi, CSS, e Irmã Maria Antônia Azcune Belderain, ODN (Rio de Janeiro); D. Timóteo Amoroso Anastácio, OSB, e Irmã Maria do Carmo de Souza Martins (Salvador); Frei Cláudio Kraemer, OFM, e Pe. George Joseph Jolly, CSSR (São Luís); Irmão Afonso Ludwig, Lass, e Pe. Antônio Cornelius Nulle, AA, e Irmã Leoni Abdalla, Franc. (São Paulo).

Participaram ainda como conferencistas, Frei Leonardo Boff, OFM, e Pe. João Batista Libânio, S.J.

PROGRAMA

Dias 20 e 21: Por solicitação expressa dos Encontros de 1972, dedicamos os dois primeiros dias, 20 e 21, à reflexão e estudo do Documento: **Vida No e Segundo o Espírito Nas Comunidades Religiosas da América Latina.** O Pe. Libânio desenvolveu o tema: VIDA RELIGIOSA E DISCERNIMENTO e Frei Leonardo Boff: VIDA RELIGIOSA E CONSAGRAÇÃO E ATITUDE CRÍTICA FACE A TODA A REALIDADE.

Foram dois dias ricos e muito apreciados, seja por causa dos expositores, seja por causa do Documento **Vida No e Segundo o Espírito...** Este estudo teológico sobre Vida Religiosa, se situa entre os melhores publicados entre nós. Elaborado pela CLAR, em colaboração com todas as Conferências dos Religiosos da América Latina, será proximoamente publicado pela CRB e será tema de estudo nas 14 Assembléias Regionais deste ano de 1973.

Dia 22: Cada Regional apresentou o relatório das atividades de 1972. Quinze minutos para cada grupo e meia hora

para a CRB-Nacional. Gastamos o dia todo. Apesar de um pouco monótonas, as apresentações deram uma visão panorâmica das realizações da CRB em todo o território nacional.

Dia 23: Dedicou-se este dia à análise da situação econômico-financeira. Pe. Marcello fez uma exposição resumindo os principais tópicos. Seguiu-se um diálogo de esclarecimentos. O segundo assunto importante do dia foi a exposição sobre **ELO-COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO**. Pe. Marcello e Frei Fábio relataram a atual situação de ELO. Sublinharam a urgente necessidade de todas

as comunidades religiosas se inscreverem. Os participantes se comprometeram a realizar intenso trabalho, no sentido de que o maior número se inscreva.

Dia 24: O programa deste dia se centrou em alguns pontos vitais para o funcionamento da CRB: interiorização geográfica, reflexão teológica, Assembléia Nacional e Assembléias Regionais, Vida Religiosa e Igreja Local (CNBB-CRB). No final deste dia procedeu-se à votação de uma série de proposições que englobavam os assuntos discutidos, no correr do Encontro. São as que seguem.

CONCLUSÕES VOTADAS

A. PROPOSIÇÕES

VIDA SEGUNDO O ESPÍRITO

1. Dada a importância do Documento **Vida Segundo o Espírito** para a renovação da vida religiosa no Brasil, propomos que se lhe dê o máximo de relevo nas programações e nas Assembléias de 1973.

ASSEMBLÉIA GERAL

2. Dada a importância da **X Assembléia Geral de junho de 1974**, propomos que a sua fase de preparação seja objeto de intensa comunicação com todas as comunidades na linha de reflexão e aprofundamento da Vida Religiosa.

RELATÓRIO ANUAL

3. A comunicação é o veículo ideal para despertar o conhecimento e sus-

citar a corresponsabilidade entre os membros de um grupo. Propomos que o **Relatório Anual** das atividades da CRB-Regional seja remetido a todas as comunidades religiosas da respectiva Regional e às outras Regionais.

VIDA CONTEMPLATIVA

4. A **vida contemplativa** é uma manifestação específica de Vida Religiosa e, ao mesmo tempo, um apoio vital para uma comunidade de fé. Propomos que,

nas Regionais onde houver mosteiros contemplativos, o Executivo Regional tenha preocupação marcante pelos mesmos.

FITOTECA

5. A **Fitoteca** pode prestar às comunidades religiosas um valioso serviço. Sua implantação e continuidade implica, contudo, num pesado ônus financeiro. A execução do projeto urge, portanto, que as Regionais busquem no prazo de dois meses, conhecer o mais objetivamente possível, as possibilidades de aquisição desse material por parte das comunidades religiosas locais e o comuniquem ao Nacional.

REFLEXÃO TEOLÓGICA

6. Dada a necessidade de aprofundar o sentido do **ser religioso** e interpretar **os sinais dos tempos** para prospectar a Vida Religiosa, é indispensável que cada Regional busque a assessoria de uma equipe de reflexão teológica, como uma de suas metas prioritárias de trabalho.

DIMENSÃO MISIONÁRIA

7. A **dimensão missionária é vital para a Vida Religiosa**. Para promovê-la, evitando algumas atuais deficiências decorrentes da falta de conhecimento por parte das autoridades ou da subserviência dos próprios religiosos, solicitamos um estudo do problema coordenado pela CRB-Nacional em colaboração com as Regionais e posteriormente que haja entendimentos com a CNBB.

CONFLITOS

8. **Conflitos no seio das Congregações**. A renovação da Vida Religiosa urvida pela Igreja tem gerado de fato **conflitos entre religiosos ou religiosas**

no seio das Congregações. Propomos que a CRB realize um estudo que contribua para superar tais problemas na união, na caridade e no respeito às pessoas.

EDUCAÇÃO CRISTÃ

9. As exigências da Reforma no Ensino na Lei 5.692/71 e as **novas concepções de educação cristã** geram insegurança em numerosas congregações educadoras sobre o sentido e a validade de suas obras. Para obter um conhecimento mais global da questão e suas implicações na Vida Religiosa, pedimos um estudo que forneça subsídios aos religiosos afetados pelo problema.

ÁREA HOSPITALAR

10. Dada a expressiva presença dos **religiosos na área hospitalar** e a ampla e variada problemática que os atinge, propomos que a CRB lhes proporcione adequada assistência no que concerne à vida religiosa.

CONVERGÊNCIA

11. A **CONVERGÊNCIA** é um meio periódico de comunicação da CRB com os religiosos e se empenha em fornecer subsídios para o aprofundamento da Vida Religiosa no Brasil. Assumimos o compromisso de tentar a meta de uma assinatura para cada casa religiosa.

RETIRO

12. O **retiro espiritual é instrumento fundamental** para incentivar, cultivar e aprofundar a Vida Religiosa. Em vista de questionamentos sobre tipos e métodos de retiros, a CRB se compromete a realizar um estudo aprofundado e avaliação das novas formas e métodos de retiro que se possam apresentar.

B. MOÇÕES

1. A interiorização geográfica é um processo vital para a CRB. Todas as Regionais se comprometem prioritariamente a suscitar nas suas dioceses e prelazias, núcleos ativos, bem organizados, em constante comunicação com a sede regional.

2. ASSEMBLÉIA REGIONAL. Ponto decisivo na vida da Regional, a Assembléia em sua preparação deve empenhar intensamente a Diretoria e o Executivo, de tal forma que suscite o interesse de todos os religiosos da área e que seja uma revisão franca e objetiva da vida da CRB, assim como uma oportu-

nidade para reflexão, planejamento e prospecção da Vida Religiosa.

3. PROMOVER A ELO. Todas e cada uma das Regionais se compromete a:

- a) Conscientizar os religiosos sobre a necessidade de assumir a manutenção da CRB.
- b) Estudar dentro das características da Regional o melhor modo de promover as Inscrições de novos associados na ELO.
- c) Comunicar ao Nacional até o dia 30 de abril de 1973 as providências que tomou neste sentido.

C. DECISÃO

Em vista da reorganização administrativa e contábil da CRB, como uma única pessoa jurídica, decidimos que todas as Regionais enviem, até o dia 5 de cada mês, sua prestação de contas à sede Nacional, segundo o método e os formulários por ela indicados.

IMPORTÂNCIA DO ENCONTRO

Nos 19 anos de vida da CRB houve uma longa e profunda transformação, no sentido de se definir claramente os objetivos e as finalidades deste organismo. Talvez as atividades comerciais da CRB, nos anos anteriores, obscurecem em parte sua imagem, como instituição promotora da vida religiosa. A partir da última Assembléia Geral em 1971, com a mudança dos Estatutos e o abandono completo de UNILOJAS, a CRB ganhou mais dinamismo.

As Diretorias Nacional e Regionais tiveram condições de maior continuidade. Os executivos puderam ser escolhidos com maior critério. A partir destas mudanças, houve nos últimos quatro anos intensa comunicação da Nacional com as Regionais e vice-versa, o que possibilitou uma constante revisão e aprimoramento dos trabalhos.

A Assembléia Geral de três em três anos e as Assembléias Regionais anuais constituem os pontos altos da vida no processo de comunicação. Além disso, para a CRB é fundamental o encontro anual dos Presidentes e Secretários Executivos de todas as Regionais, junto com a Diretoria e o Executivo Nacionais.

É a possibilidade que os responsáveis mais diretos pelo funcionamento da CRB têm de revisar, o tipo de serviços prestados, de analisar os novos programas e prospectar as linhas mestras de como conduzir os trabalhos no próximo ano. Este encontro anual das cúpulas da CRB-Nacional e Regionais permite aprofundar a unidade, a troca de experiências, assumir em conjunto tarefas de cunho nacional, onde os beneficiados são os religiosos e as religiosas. Graças a este esforço conjunto e constante a CRB estará em condições sempre mais positivas de servir.

Olhando os trinta e sete participantes destes Encontro, não podemos deixar de agradecer ao Senhor, seja pela qualidade e disponibilidade as pessoas, seja pela comunhão existente em redor do mesmo ideal, seja pela preocupação de querer servir, de modo atualizado e eficiente à vida religiosa do Brasil. Temos certeza de que os frutos deste Encontro se farão sentir intensamente nas Regionais, através das Assembléias e das programações.

1. Como explicação

Em novembro de 1959, o Cardeal holandês Alfrinks, falando a Superiores Maiores, dizia:

— Cada Ordem ou Congregação nasceu de uma necessidade determinada, de uma angústia da Igreja de então, seja uma necessidade de ordem religiosa, seja de ordem moral, sempre com repercussão sobre a necessidade das almas... Naquele tempo como hoje a presença cristã num mundo descristianizado

Tensões entre missão do fundador e necessidades atuais da Igreja

FREI HUGO D. BAGGIO, OFM

torna-se urgente... O serviço da Igreja, e também o serviço do homem, é o fundamento do estado religioso. Mas os tempos mudam e, com eles, as necessidades da Igreja. Aquilo que em determinada época foi uma obra de caridade de extrema necessidade, pode, em outra época, tornar-se menos urgente, até mesmo supérfluo, ou sem significação alguma. No momento em que mudam as necessidades, é hora de mudar de direção. A Igreja tem

sempre misérias a socorrer. Onde irá ela buscar socorro e apoio, senão na riqueza das Congregações religiosas que ela possui? Não se deve ter medo de se tornar infiel ao espírito do Fundador e da Fundadora e ao caráter específico da Congregação. Se assim fosse, cometer-se-ia o erro de preferir aquilo que é considerado espírito peculiar da Congregação àquilo que é essencial ao estado religioso: o serviço da Igreja. Caso o Fundador ou a

Fundadora vivessem hoje, não se deixariam limitar a ponto de se apegar a alguma coisa que devesse ser considerada como passada, porque sua fundação nasceu precisamente de uma necessidade da época. Mas cada período conhece suas próprias necessidades e a Igreja espera de seus Institutos religiosos que saibam, conservando sempre o essencial de seu espírito, mostrar uma flexibilidade de adaptação às necessidades que mudam com os tempos. Não se trata de conservar, mas, antes de tudo, trata-se de servir" (1).

Nestas palavras do Cardeal encontram-se, em grande parte, os elementos de nosso tema, que, analisado numa tentativa de arrancar algumas considerações úteis, mostra ocultar uma série de problemas. Antes de tudo deparamo-nos com o problema do **Fundador**: tempo em que viveu e a compreensão que teve deste tempo, o carisma que o feriu e a forma com que o traduziu numa obra, a espiritualidade com que animou esta obra ou o ângulo do Evangelho que utilizou para moldar a família religiosa que fundou. Em segundo lugar, encontramos a **obra**: como nasceu do coração do Fundador, como foi assumida pelos companheiros e, sobretudo, pelos continuadores do Fundador, a evolução da obra dentro da história. Em terceiro lugar, aparece a **legislação**: a legislação dentro do próprio instituto e a que lhe foi imposta pelos organismos da Igreja, ou seja, o encontro do carisma com a instituição; a plasticidade com que a obra foi moldada ou o enquadramento prematuro são elemen-

tos que muito pesam nas horas de confrontação, quando as realidades novas pedem adaptações.

Naturalmente, conta também o espírito que animava a Igreja, no momento em que nascia a família religiosa. Faz-se ainda necessário tomar em consideração o **período histórico** em que surgiu o novo instituto, marcado no seu nascedouro, pelas correntes, não só religiosas, mas também filosóficas, sociológicas e políticas dominantes no tempo. Por fim, deve-se olhar, conforme o título do artigo, para as **transformações** sofridas pela Igreja hoje, que infalivelmente se vão refletir nos institutos.

Além desse grupo de problemas, parece-me que se apresenta aqui o problema do provisório e do definitivo. Há um filão interno que corre ininterrupto através dos tempos, estabelecendo a ligação retrospectiva do presente com a fonte de onde brotou a família. Esse filão interno representaria a intuição do Fundador e a espiritualidade que legou. É a vitalidade derramada em todo o corpo do instituto. Esse filão seria o definitivo.

Além disso, existe a organização externa, ou a estrutura, espécie de veste inspirada no figurino da estação e, precisamente por inspirar-se no figurino, deve estar atenta às mudanças que ocorrem para se não tornar **démodée**, fora da moda, anacrônica. A estrutura entra no mutável. E aqui se estabelece um campo de luta, pois confundindo-se os dois elementos, desencadeiam-se as tensões.

QUEM DIZ RENOVAÇÃO,

diz volta ao Evangelho,
diz liberdade de espírito,
diz iniciativa,
diz coragem,
diz fé,
diz fidelidade,
diz lucidez,
diz clareza.

RENOVAR

é muito mais do que
descobrir as grandes
linhas do Fundador.
É assumir
a tarefa de testemunhar,
no meio dos homens,
uma realidade válida
para todos os tempos.

Diante de todos esses elementos, nossa reflexão pode tornar-se obscura. Procuraremos, no entanto, tecer considerações com o fito de esclarecer as questões, sem pretensão de resolvê-las, desfazer aparentes contradições que a renovação parece implicar ao tentar adaptar uma família religiosa às exigências de uma Igreja nova, dentro de tempos novos. Gravemos bem: a problemática dos institutos é, em ponto menor, a problemática da própria Igreja.

2. Tensão

A palavra **tensão** recorda rigidez. Certa dureza. Fio esticado. Arco retezado. Distensão muscular. Estado de desequilíbrio produzido no organismo e que conduz a uma mudança de comportamento, na tentativa de restaurar o equilíbrio. Se buscarmos a etimologia da palavra, na língua grega, o termo nos lembra: força, vigor, vitalidade. Portanto, desencadeia uma idéia positiva. Tensão é tempo de espera, de expectativa. É um estar-frente a algo ou a alguém, em compasso de desafio. Em compasso de comparação e, conseqüentemente, em compasso de questionamento, porque comparações sinceras conduzem sempre ao questionamento.

Naturalmente, quando em atitude de sinceridade. Caso contrário, a tensão se transforma em "atitude-de-bote", como a serpente aguardando o momento de se abater sobre a vítima para destruí-la. A tentação de destruir não é pequena em tempos de tensão, sobretudo quando as tensões são desencadeadas

por estruturas. Por isso, não raro, as tensões geram conflitos, lutas abertas, aquartelamentos defensivos, impenetrabilidade à verdade, ao bom-senso e às evidências.

Na nossa reflexão — obedientes ao título — as tensões nasceriam do confronto entre a missão que apareceu ao Fundador sob uma luz determinada e o momento atual da Igreja com suas exigências. O Fundador percorreu uma longa caminhada, do momento em que foi invadido pelo carisma até o momento em que o traduziu numa obra, sobretudo até o instante em que o colocou sob a proteção da instituição. Espaço de tempo feito de lutas internas e externas, de verdadeira tensão, bem caracterizado por São Francisco de Assis, no seu Testamento:

— O Altíssimo mesmo me revelou que deveria viver segundo a forma do Santo Evangelho. E o fiz escrever com poucas palavras e de modo simples e o senhor Papa mo confirmou

S. Francisco é tomado apenas como exemplo, pois aos demais Fundadores ocorreu a mesma coisa: lutar, pois sentiam que a instituição lesava, restringia, amarrava e descoloria o carisma. Mas era necessário. Pois o carisma é livre, criativo, intuitivo, com uma imensa reserva de amor e confiança no Senhor, o que o faz contornar as dificuldades e enfrentar o momento sem as mil precauções e a convicção de segurança da instituição que empresta grande fé às leis. E esta luta iniciada pelos Fundadores atravessa a história dos institutos. É a

luta de toda família religiosa, marcada, às vezes, com lances épicos,

Nesta altura aparece um ponto que gostaria de acentuar, dada sua importância: o que muitas vezes batizamos com o nome de tensão entre a missão do Fundador e as exigências da Igreja, é a luta entre carisma do Fundador e instituição ou instituições eclesiais. Ou dito diferentemente: é a luta entre os intérpretes da instituição e os do instituto, que não captam o espírito de um ou de ambos. Essa tensão tem seu lado positivo, pois conserva os grupos em estado de vigilância e os obriga a sempre de novo se colocarem em atitude de revisão. É nesta revisão que aparecem as riquezas dos dois, as imensas possibilidades, muitas vezes, sufocadas por preconceitos ou barradas por legislações; aparecem sobretudo os pontos de convergência, que no calor da luta se diluem, sob a paixão despertada pelos pontos divergentes, responsáveis principais de conflitos e separações ou tensões bélicas.

Nesta revisão vai aparecer o aspecto de que o fato de o Fundador se ter colocado sob a proteção da instituição foi-lhe um dos elementos de sobrevivência, pois a disciplina impediu o instituto de desgarrar-se, de fragmentar-se. Acho este aspecto importante, pois sem ele corremos o perigo de fazer nascer em nós a desconfiança, a apatia, o ceticismo contra a instituição. Quando chamados, então, para colaborar, encontramos as muralhas e os bloqueios a cortar a ação e o diálogo.

São dois partidos aquartelados em seus "direitos" e escudados em suas desconfianças. Com isso a tensão perde seu caráter de força propulsora, de elemento dinamizador, de excitante vitalizador. Apesar da tensão, ou precisamente com ela, devemos viver reconciliados, lembrando que "a vida religiosa tem suas tensões estruturais. A tendência dos religiosos é anular a tensão pela supressão de um dos polos" (2). Então, ou elimina-se a instituição, ignorando-a, proclamando a "independência". Com isso, corre-se o risco de cair no "carismatismo" que não passa de uma anarquia, garantia segura do esfacelamento. Ou elimina-se a própria pessoa, arrancando-a do círculo de influência da instituição. Simplesmente: abandona-se o estado religioso.

É ilusão pensar uma vida humana, sobretudo quando vivida na lucidez da entrega, sem tensões. Seria a calma dos lagos parados. Dos lodos sem vida. Dos mares sem brisa, onde o barco fica colado às águas, inativo. Numa palavra: caminho sem progresso, sem crescimento, sem vigor, sem renovação. Tantas vezes recordamos o "tomar a cruz e seguir". Recordemos que não é para deitar-se sobre a cruz, mas seguir com ela. Portanto, seja Deus louvado pelas tensões que oferece e seja também louvado pela capacidade que coloca no coração dos religiosos e dos homens, a quem prometeu não a paz, mas a espada.

Quando tentamos descobrir as tensões, não o fazemos com a pretensão de catar fórmulas para anu-

lá-las ou atenuá-las. Apenas as queremos acolher em nós, depois de vistas e contempladas, incorporando-as aos nossos valores de crescimento, na compreensão. Porque assim não aparecerão aos nossos olhos como nuvens pesadas, toldando os horizontes da vida religiosa, mas sim como nuvens prenhes de água, tão necessária para a semente germinar e crescer. Como diz o Pe. Libânio, no citado artigo, as tensões pertencem à própria estrutura da vida religiosa. "Sua carência é sinal de morte. Sua presença, sinal de vida, de esperança, de caminhar".

3. O sentido do tempo

A missão do Fundador nasceu no tempo e pertenceu ao tempo. Pode-se mesmo dizer que sua identidade com o tempo, sua afinação e sua capacidade de compreender este tempo, são elementos de garantia de sobrevivência. Porque toda obra religiosa — por descender do Evangelho — deve ser uma resposta ao tempo. Parece-nos um dos sintomas graves de nossos dias a recusa do tempo, mais especificamente a recusa do passado. Mas o que é o passado? Simplesmente tudo aquilo donde brotou o presente. O presente é sempre herdeiro do passado. Pois do passado a gente não se desfaz facilmente e quem o tentar fazer está sujeito a se encontrar, talvez, livre, mas nu e sem identidade.

Os tempos mudaram, gritam todos, desde o sisudo professor na cátedra à menina-moça que ensaia sua primeira tentativa de liberdade. Realmente, parece definitiva-

mente passado o tempo em que as instituições eram a fonte e a garantia da tradição em todos os tempos. Eram elas conservadoras e controladoras do passado. Mas à medida em que o poder das instituições declina, declinam também estes privilégios. E isso não acontece apenas com as instituições religiosas, mas também com as políticas, sociais, sindicais ou familiares. Mesmo títulos gloriosos não mais impressionam. Dentro desta evolução, não se olha o passado como elemento que conta, até pelo contrário é ele julgado com dureza — não apenas pelas gerações jovens — e imputado como suspeita às instituições. Daí desenvolvermos tensões “pessoais” originadas de uma desconfiança, quando não aversão, ao passado.

Não conhecer o passado é uma coisa. Aprender as lições da história é outra. Um é o resultado colhido, quando perscrutado com preconceitos, outro com intenções de aprender e buscar as próprias raízes. Para ir a ele utilmente, porém, é necessário ser solidário com ele, sobretudo nas instituições que o tornam presente. Porque, desconfiando das instituições, estamos desconfiando do passado. Eliminando o passado, eliminamos a instituição. Isso é particularmente verdadeiro e crucial nas instituições destinadas a passar adiante o passado, como é o caso da educação, em todos os ângulos. De passagem, note-se que o termo “instituição” foi precisamente usado pelo ensino católico para designar suas casas de educação.

Não deve, pois, causar estranheza que a crise tenha sido mais violenta nestes arraiais, uma vez que era ali que o passado mais pesava e contava, pois era inerente a estas instituições a perpetuação de um patrimônio cultural, que não pode desembarcar do tempo. Além disso, notemos que, nestes institutos, os membros, por sua idade, são os mais refratários ao passado. Não seria isso que se nota em nossos institutos: crise de identidade escondendo-se atrás da recusa do passado? É ali aparece o problema: rejeitar ou recusar o passado não é eliminá-lo. Pelo contrário. Senão é a história do escorpião: a melhor maneira para me fazer picar é escondê-lo debaixo da mão. Este cortar com o passado — que traz a ilusão de uma libertação — não é uma forma de enclausurar-se, fechar-se, exilar-se? Esta atitude obriga a dar saltos fora da história, projetando-se para um futuro imaginário, ou atentando na terra da utopia.

Jacques Guichard observa que uma parte importante dos que renegam radicalmente o passado são de formação cristã. E mesmo no seio da Igreja — jovens e clero — alimenta-se atitude análoga. E não por acaso. E neste processo desenraízam Jesus da história (3). Compreende-se como isso traz dificuldades às pessoas ou aos grupos de situarem sua fé na história concreta de seu instituto, da Igreja, do próprio Cristo. É o vazio. Não raro preenchido por uma **ideologia**, quando se havia empunhado armas precisamente contra uma **ideologia . . .**

Mas aí vem o choque: a mensagem do Evangelho é uma realidade que foi entregue, confiada, para ser passada adiante. É, pois, uma realidade transmissível, no sentido imperativo: que deve ser transmitida. Como dizia S. Paulo: não posso senão evangelizar. Deve, pois, esta mensagem ser transmitida nas sucessivas fases da história, sempre inéditas, isto é, nunca repetidas. Não se precisa mais inventar a mensagem. Foi entregue uma vez por todas (Epist. de São Judas, 3). Desde que essa mensagem foi entregue faz parte da história dos homens, participa da sucessão dos momentos da história.

O instituto religioso sabe-se nascido do Evangelho. O religioso sabe-se encarregado de viver o Evangelho. Encarregado de passar adiante a mensagem. É isto no meio dos homens, num período concreto da história. Por isso é levado a caminhar com a humanidade. Ao falar em caminhar com a humanidade, lembramos o povo em marcha. A marcha lembra instabilidade, mudança, melhor dito: mobilidade. É a tenda que plantamos num bosque ou nas areias do deserto, por alguns dias ou algumas horas, para, em seguida, reerguer o acampamento e atender em outro local.

É o oposto do fixo. Da garantia, Da segurança. Do deitar raízes.

Não é a casa sólida, a obra imperecível, o trabalho constante. E quem se propõe marchar com a humanidade desposa o nomadismo das paisagens, isto é, as mudanças contínuas porque passa a humanidade, sobretudo em dias de acele-

ramento histórico. Para aceitar o nomadismo da paisagem necessita-se de um espírito de adaptabilidade. E a nós religiosos pede-se, sempre de novo, uma adaptação aos tempos, para que não fiquemos sobrando como relíquias de um passado, que embora brilhante, agora silenciou.

4. Estrutura e vida

Conhecemos todos a posição da vida religiosa dentro da Igreja, pois muito se escreveu e se escreve sobre o tema. Apenas lembramos: a vida religiosa não é rigorosamente reclamada ou exigida pela natureza da Igreja, enquanto a Igreja se nos apresenta como uma **estrutura**, como sociedade organizada dentro de um esquema hierárquico, mas como já o dizia Pio XII, este estado de vida constituído pela profissão dos conselhos evangélicos pertence inseparavelmente à **vida** e à **santidade** da Igreja. O Concílio Vaticano II é incisivo quando lembra: "que de modo particular esta santidade (da Igreja) aparece na prática dos comumente chamados conselhos evangélicos" (LG, n.º 39). Mais adiante repete que "o estado constituído pela profissão dos conselhos evangélicos, embora não pertença à estrutura hierárquica da Igreja, está contudo firmemente relacionado com sua vida e santidade".

E aqui, penso eu, abre-se uma linha de reflexão: **estrutura e vida**. Dois elementos que não deveriam ser conflitivos, pois em verdade não o são em si. Mas, comumente, aparecem como opostos. É uma atitude

**É ilusão pensar uma vida humana,
sobretudo quando vivida
na lucidez da entrega, sem tensões.
Seria a calma dos lagos parados.
Dos lodos sem vida.
Dos mares sem brisa, onde o barco
fica colado às águas, inativo.**

precipitada e pouco refletida — ou apaixonada — cria nos grupos religiosos uma espécie de hostilidade entre os dois elementos, que se tornam assim polêmicos e separatistas. Por isso, lembra G. Lafont que seria um erro de método, se na hora das “reformas de estrutura” se abordasse o aspecto estrutural da vida religiosa com uma hostilidade preconcebida de que toda estrutura é um entrave ao brotar ou jorrar da vida.

O problema não é levar as estruturas às barras do tribunal, mas antes procurar promover estruturas capazes de significar e realizar, dia a dia, a comunhão com Deus e entre os membros, procurando, naturalmente, reformular aquelas que já se tornaram incapazes e, conseqüentemente, são mais um obstáculo à comunhão recíproca (4).

Será que não enveredaram por aí muitos grupos, quando se metem à busca de sua identidade, de seu carisma, e quando o compararam, depois, com as exigências e necessidades atuais da Igreja? Encontram-se, de repente, num caminho sem setas indicativas, sem sinalização, quando não perdem de vista o próprio caminho. Não resta dúvida, no correr da história, não poucas vezes, a confusão reinou entre estrutura e vida, obrigando o

homem a racionalizar uma série de estruturas, na busca do sentido, estruturas que nós tinham vindo no baú da tradição.

Como ilustração lembraria apenas o caso da correspondência. Até o Vaticano II, a maioria esmagadora dos institutos religiosos apresentavam em sua legislação severo controle da correspondência, por parte dos superiores (alguns grupos, infelizmente, continuam ainda hoje). Procurou-se racionalizar de mil modos este proceder, dando-lhe significados místicos ou outros... Mas donde nasceu? Num tempo em que poucas pessoas sabiam ler, o Abade ou Abadessa, chegava a ser, por vezes, o único membro da comunidade alfabetizado — talvez eleito para o cargo por esta prerrogativa. Mais do que lógico que os súditos a eles recorressem, quando lhes chegava às mãos uma carta, ainda que tal não acontecesse com muita freqüência. A necessidade, com o tempo, tornou-se lei.

Mas um dia acontece. As justificativas provisórias não mais convencem. Perderam a força de persuasão. E vem a conseqüência: refutam-se ou recusam-se as estruturas por se terem tornado absurdas, insuportáveis. O que, aliás, é lógico, em se tratando de um com-

“Tomar a cruz e seguir”, não para se deitar sobre ela, mas para seguir com ela. Seja Deus louvado pelas tensões que oferece e seja também louvado pela capacidade que coloca no coração dos religiosos e dos homens, a quem prometeu não a paz mas a espada.

portamento firmado em razões que não mais convencem. Mas tal processo aplicado à estrutura global é perigoso, porque muitas coisas, à primeira vista, aparecem com um sentido falso, mas ocultam atrás ou trazem no fundo, um sentido verdadeiro que é necessário reencontrar. De modo particular, aplica-se isso no reexame dos institutos, onde aparece, à flor da pele, a tensão entre a missão do Fundador e as necessidades da Igreja atual. Porque há ali um risco à espreita: ao condenar ou eliminar uma estrutura, posso estar condenando ou eliminando um suporte autêntico. No afã de arrancar o joio, arrasto todo o trigo e ao olhar para trás deparo com a visão de um campo deserto, “vazio”.

Então, percebemos que o conflito não foi entre estrutura e vida, mas entre “estrutura” e “estrutura”, como lembra G. Lafont. Mas em lugar de procurar ou provocar conflitos, melhor se faria buscar aproximações. Porque, é uma realidade, que a herança do Fundador parece chocar-se, não raro, com as exigências da Igreja atual. Digo parece, porque só acontece aos menos avisados ou aos apressados que, via de regra, não têm tempo de fazer

comparações, porque não têm tempo de pensar. Comparo esta situação à do tradutor. Só é bom tradutor aquele que conhece bem os segredos das duas línguas: a do texto original e aquela para a qual verte. O mais-ou-menos do conhecimento das duas, ou mesmo de uma delas, dará uma tradução mais-ou-menos. O mau conhecimento dará uma péssima tradução. Só o perfeito conhecimento das duas dará uma perfeita tradução.

Assim é nossa função no momento. Só um conhecimento perfeito da idéia ou ideal do Fundador e das exigências atuais da Igreja, como também o conhecimento da estrutura e da vida, nos possibilita uma aproximação. Os adjetivos com que caracterizamos nossos conhecimentos, caracterizarão igualmente nossa harmonização. Daí nasce uma dedução prática de grande alcance: frente às tensões reclama-se um conhecimento. Só então será possível estabelecer um relacionamento entre as estruturas novas da vida religiosa e o mundo dos homens com a herança que o Fundador nos legou.

Por isso o *Perfectae Caritatis* recomenda, nos princípios gerais de

atualização, que os institutos tenham sua índole e função próprias e “sejam fielmente conhecidos e observados o espírito e intenções específicas dos Fundadores, como também as suas tradições”... Mas, para não deixar margem a interpretações exclusivistas, lembra também que “os institutos participem da vida da Igreja, façam suas e favoreçam quanto puderem, conforme a índole que lhes é própria, as iniciativas e as intenções da Igreja...” Apela ainda para o aspecto de que os religiosos precisam conhecer as condições dos homens e da época. E **Lumen Gentium** reforça: “A Igreja fomenta e protege a índole própria dos diversos institutos religiosos” (LG, n.º 45).

Como que explicitando o **Perfectae Caritatis**, escreve: “Redunda em benefício da Igreja que os institutos tenham índole e função próprias”. E Medellín — o Vaticano II atuante na América Latina — lembra que o religioso de hoje “deve encarnar-se no mundo real, e hoje com maior audácia, que em outros tempos. Não pode considerar-se alheio aos problemas sociais, ao sentido democrático, à mentalidade pluralista dos homens que vivem em torno dele”. Este tomar-conhecimento e tomar-consciência é algo que exige sair um pouco — ou muito — da estrutura da vida religiosa, dentro da qual fomos educados e vivemos. E essa “desordem”, à qual somos impelidos, é vista como traição aos ideais do Fundador, quando se trata, na realidade, apenas de conflito com a **legislação** e não com a **missão**. É nesta confusão que se situam mui-

tos “críticos” da vida religiosa e da vida da Igreja. Confinando os sacerdotes à sacristia e os religiosos aos conventos, pensam ter guardado fidelidade ao Fundador...

Como afirmamos acima, o objetivo específico dos institutos nasceu de um olhar evangélico sobre o mundo. Por isso, via de regra, com finalidades muito amplas: para sanar necessidades que são perenes companheiras do homem peregrinante, pois misérias e doenças, como os pobres, as teremos sempre. Um que outro foi inspirado por necessidades contingentes, mas, se gerados na liberdade do Evangelho, encontrarão sempre objetivos afins ou próximos para justificarem seu carisma específico herdado do Fundador. Pois não trazemos essa herança **sobre** nós, como um peso secular a chocar-se constantemente com as necessidades de uma Igreja sempre em evolução, mas trazemos **em** nós esta herança como depósito que nos enriquece e nos torna mais aptos e preparados para colaborar com a Igreja e com ela nos colocarmos a serviço dos homens, marcando uma presença atual e atuante.

E é justamente aos religiosos que a Igreja recorre, em grande parte, em seu campo de ação, como é o caso típico da América Latina e terras de Missões. O espírito apostólico é inseparável da docilidade à Igreja. Daí, não é possível haver duas renovações diferentes: a da Igreja e a da vida religiosa. Não são renovações paralelas e muito menos antagônicas. É uma só renovação.

Ser cristão consagrado é amar a Cristo. Não podemos, porém, amar só a ele. Devemos amar também seu reino presente e futuro. Amar sua Igreja. E aqui outra causa de tensões negativas: certa descrença, que vai tomando corpo entre os religiosos, a respeito da Igreja, confundindo-a com alguns homens da Igreja...

No fundo, quem diz **renovação**, diz volta ao Evangelho, onde os fundadores embeberam suas raízes e espelharam seu carisma; diz liberdade de espírito, dentro da qual começaram sua obra e fundamentaram seu instituto, tanto o Fundador quanto os primeiros que tiveram a coragem de acreditar nele; diz iniciativa, porque todo instituto é caracterizado pela criatividade e pelo esforço de perseguir uma idéia, que via de regra, é mal vista e até perseguida pelos contemporâneos; diz coragem, porque foi na coragem que esses homens e mulheres conseguiram estabelecer uma obra, capaz de atravessar os séculos; diz fé, porque esses homens e mulheres estavam plena e sinceramente convencidos de que o Senhor os chamara e lhes ditara uma vontade expressa, embora nem sempre clara; diz fidelidade, porque sem ela cairiam na tentação de dar ouvido aos homens que, na sua violência, apagam o carisma; diz lucidez, porque não deixaram a instituição afogar o carisma, nem o carisma desprezar a instituição; diz clareza, porque não se deixaram confundir por terminologias ou ideologias, mas acreditaram no Espírito Santo e souberam pôr cada coisa em seu lugar.

Assim, quando dizemos que renovar é voltar às fontes, sentimos que é muito mais do que descobrir as grandes linhas do Fundador. É assumir, com o mesmo amor e a mesma intensidade, a tarefa de testemunhar, no meio dos homens, uma realidade válida para todos os tempos.

5. Como conclusão

No final destas considerações, fica-me a impressão de não ter sido suficientemente claro e ter trazido ao tabuleiro uma série de figuras que complicam um tanto o jogo. Numa como reparação ao leitor, tentarei respingar alguns pontos que, ao meu ver, são chave e se podem prestar a uma ulterior reflexão, da qual pode nascer algo de mais concreto e proveitoso para a vivência pessoal desse carisma que o Fundador não levou consigo nem esgotou, mas no-lo transmitiu em plena vitalidade e graça, dentro da Igreja que nos convida a com ela trabalhar.

a. O que muitas vezes batizamos com o nome de tensão entre missão do Fundador e exigências atuais da Igreja é a luta entre carisma do Fundador e instituição ou instituições eclesiais.

b. Não se procuram as tensões com o intuito de anulá-las ou atenuá-las descobrir o valor positivo do nuá-las, mas para explicitá-las e crescimento.

c. Existem tensões “pessoais” nascidas de uma desconfiança contra a instituição em geral que cria no indivíduo uma atitude de crítica, com seu cortejo de bloqueios. Estas tensões devem ser eliminadas.

d. A crise de identidade, muitas vezes, se confunde com a recusa do passado, eliminando pontos de referência, obrigando a dar saltos fora da história, desenraizando até o próprio Cristo da história.

e. A Igreja e a Vida religiosa devem marchar com a humanidade — povo peregrino. Quem se propõe a marchar com a humanidade desposa o nomadismo da paisagem: instabilidade, insegurança, não-fixidez, não-perenidade. Terá aquela atitude que desmanche as tensões bélicas sempre que for chamado a servir, o que significa adatar-se.

f. A tensão entre “estrutura” e “vida” reduz-se rigorosamente a luta conflitiva entre “estrutura” e “estrutura”.

g. O instituto com sua índole própria — herança do Fundador — e a Igreja com suas exigências na sucessão dos momentos históricos, não são organismos paralelos e muito menos antagônicos, mas um só organismo que ajuda e se renova. É uma renovação só.

h. As tensões pertencem à própria estrutura da vida religiosa. Sua presença: sinal de esperança, de caminhar, de progresso, de sobrevivência.

NOTAS

1. MGR. GÉRARD HUYGHE, *Équilibre et Adaptation*. Éditions du Cerf, Paris, 1960, pág. 282 ss.

2. J. B. LIBÂNIO, *Tensões na vida religiosa*, em Grande Sinal, novembro 1972, pág. 657.

3. JACQUES GUICHARD, *L'héritage refusé*, em *Lumière et Vie*, junho-julho 1972, n.º 108.

4. *Spontanéité de l'esprit et fermeté des structures*, em *Vie Consacrée*, janeiro-fevereiro 1971.

Numa pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul, uma família discutia o tema da emancipação da mulher. No meio da conversa, a avó fez uma afirmação escandalosa: "Pois eu li no jornal que já há freiras rezando Missa por aí..."

UMA ITALIANA PÁROCO NO BRASIL, manchete de um semanário italiano. "Pároco-leigo de uma comunidade de 40.000 almas (...) na periferia de Salvador, BA, Anna Sironi pode desempenhar todas as tarefas reservadas a um sacerdote, exceto a Missa e as confissões" (1).

Um bispo brasileiro informa sobre a experiência pastoral de sua Diocese: "(A Paróquia de) Parambu é assumida por três religiosas que renunciaram à direção e administração de um colégio em Crateús, para ser animadoras da vida religiosa dos camponeses pobres. Elas exercem os ministérios que a consagração batismal lhes permite, com aceitação real do povo" (2).

O fato está aí: **Mulheres assumem tarefas presbiterais na Igreja do Brasil**. Reduzindo-me ao caso das religiosas, de interesse específico para **CONVERGÊNCIA**, pre-

Religiosas e tarefas presbiterais

LUÍS GONZÁLEZ QUEVEDO, SJ.

tendo dar alguns elementos que ajudem a situar e compreender melhor um assunto tão complexo, ambíguo e sugestivo como o enunciado.

Religiosas, não "freiras"

Importa saber de **quem** vamos falar. Não se falará aqui em **freiras**, nome que adquiriu uma conotação

lamentavelmente pejorativa. Falaremos de **religiosas**: Mulheres consagradas a Deus a serviço dos homens. Mulheres que aceitam e valorizam sua condição feminina, num mundo em que se proclama a emancipação da mulher, mas onde, de fato, a maioria das mulheres continua em situação de dependência ou dominação por parte dos homens. Mulheres que fizeram da riqueza humana de sua feminilidade uma doação significativa, uma realidade sacramental, um sinal misterioso do Reino de Deus. Mulheres que renunciaram consciente e livremente aos caminhos comuns de realização da mulher: o amor conjugal e a maternidade, a auto-determinação pessoal e profissional, e o livre uso dos rendimentos de seu trabalho e de suas propriedades. Mulheres adultas, absolutamente normais, sem complexos ou taras físicas ou psíquicas, que escolheram o gênero de vida pobre, obediente e virginal que levaram Jesus, Maria e muitos outros homens e mulheres, ao longo de vinte séculos. De tais mulheres-religiosas, não freiras, é que tratamos aqui.

Religiosas-leigas, não clericais

Tais mulheres-religiosas não podem nem querem "fazer as vezes de padre". Por aceitarem a sua feminilidade e conhecerem as possibilidades reais das atuais estruturas da Igreja Católica, não acariciam sonhos clericais nem colocam hipóteses irreais: "Se a gente fosse homem..."; "se a Igreja abrisse mão...". Não, elas sabem que a mulher não tem, hoje, nenhuma

chance de pertencer à hierarquia da Igreja. Neste sentido, toda mulher católica, a religiosa também, tem hoje uma vocação essencialmente leiga.

A vocação religiosa, na Igreja é de índole carismática, não institucional. A religiosa, como o religioso-leigo, deve compreender sua vocação na linha da consagração baptismal. Pelo Batismo participam da missão profética, sacerdotal e régia do Cristo, a título diferente, porém, ao daqueles homens que, pelo sacramento da Ordem, são chamados a representar Cristo-Cabeça, Chefe da Igreja, com responsabilidades particulares na construção, santificação e governo da comunidade eclesial. A Teologia dos Ministérios na Igreja padece hoje várias incertezas, mas um ponto parece-me claro: o sacerdócio ministerial não é, em si, "superior" ao sacerdócio comum dos fiéis; é apenas especificamente diferente.

Dentro da condição laical comum, os religiosos caracterizam-se por uma forma de vida peculiar: profissão estável da pobreza evangélica, do celibato voluntário e da obediência religiosa; vida fraterna, numa Comunidade reconhecida oficialmente pela Igreja.

Realizando assim sua vocação humana e cristã, a religiosa deve tornar-se um sinal visível do Reino de Deus no mundo de hoje. Sinal autêntico: humano-feminino, transparente de Deus. Sinal inteligível para a Igreja e para a sociedade contemporânea. Redescobrimo e valorizando o essencial de sua vocação, as religiosas de hoje, na sua

vida concreta, abandonarão com serenidade aqueles costumes e gestos que possam fazer delas seres desumanizados. Nada menos atraente e menos testemunhal que a inautenticidade. A religiosa não é nem deve parecer um “clérigo frustrado”, bem como a mulher não é um “homem falido”.

Tenho encontrado meninas, alunas de religiosas, que gostariam de ser padre — “se fossem rapazes...” —, mas não querem ser Irmãs. Que pensaríamos de um rapaz que, por mais que admire as Irmãs, dissesse que gostaria de ser religiosa? Ora, que uma mulher sonhe com qualquer tipo de paternidade é tão anômalo e ridículo como um homem que sonhasse com a maternidade. Pensar o contrário será claudicar diante do velho preconceito de que o homem vale mais do que a mulher. De resto, conheço muitas religiosas que estão contentes de ser mulheres e não se sentem, em absoluto, inferiores aos padres. Delas é que escrevo, porque para elas é que se abre hoje um novo campo de atividades a serviço da Igreja.

Funções presbiterais e outros “trabalhos de padre”

Até bem pouco tempo atrás, o padre era identificado como “aquele que faz tudo na Igreja” (3). O **padre factotum**, ainda subsistente em algumas paróquias e mentalidades, prega e dá a catequese, supondo-se que sabe como falar a crianças, jovens e adultos; batiza, “faz casamento” e reza Missa, desempenhando nesta todos os papéis

possíveis: presidente, comentador, leitor, diretor do canto...; confessa, leva os últimos sacramentos aos doentes, faz encomendação e enterro; reza pelos problemas de todo mundo, abençoa as pessoas e as coisas; visita os doentes, assiste os mais necessitados, dá conselho a quem precisa e, às vezes, a quem não precisa também; com a sua autoridade e influência, pode quebrar infinidade de “galhos”; toma conta de toda a administração financeira da paróquia, constrói e reforma a igreja-templo, organiza festas, etc. etc.

Naturalmente, o **padre factotum** sente-se só e se queixa de não poder deixar nada em mãos dos outros, porque ninguém “colabora” com ele, nem há quem saiba fazer as coisas como ele quer.

Se quisermos reduzir todos os “trabalhos do padre” às funções presbiterais essenciais, ficaríamos com a participação direta no tríplice **munus** (dever de ofício) episcopal: profético (ensinar), sacerdotal (santificar) e régio (dirigir). O bispo é o primeiro responsável pela pregação oficial da Palavra de Deus, pela celebração dos sacramentos e pela direção pastoral de toda a Igreja particular (Diocese).

Os presbíteros são os colaboradores imediatos do bispo nesta tríplice missão. O pároco é “vigário” do bispo numa parte territorial da Diocese: a Paróquia. Em torno do bispo constrói-se a Igreja particular; em torno do pároco, com dependência do bispo, forma-se a comunidade paroquial, especialmente pe-

lo anúncio da Palavra e pela celebração da Eucaristia. Tal é a estrutura fundamental da organização pastoral da Igreja, pelo menos desde o século IX em que nasceram as paróquias.

Situações novas: problemas e esperanças

O crescimento demográfico, em geral, e a aglomeração urbana, em particular, desbordam a estrutura tradicional das paróquias territoriais, nascida num contexto rural europeu. A aldeia, concentrada num pequeno território, permitia o estabelecimento de relações primárias entre todos os paroquianos. O pastor podia chamar pelo nome a cada fiel.

Bem diferente é a situação atual da maioria das paróquias do Brasil: Nas zonas rurais, "áreas imensas, com população dispersa... Para a prática religiosa (o povo) tem que deslocar-se alguns quilômetros para "assistir" à Missa na capela mais próxima, quando vem o padre. Isso acontece uma vez por mês, de dois em dois meses, e até de seis em seis meses..." Nas grandes cidades, a paróquia chega a ter até 200.000 fiéis nominais. "O padre mal tem tempo para os trabalhos de rotina... Mas a maioria da população, que se diz católica, não frequenta mais a igreja; só aparece em ocasiões como Missas de sétimo dia, batizados e casamentos" (4).

Os problemas, em termos de pastoral tradicional, agravam-se dramaticamente com a crise atual do clero. Diminuem as vocações sacerdotais e aumentam as laicizações.

Amplas enquetes revelam a situação interna de muitos padres: Indeterminação da figura e do trabalho do presbítero; insegurança e insuficiente preparação para novas tarefas pastorais; sensação de ineficácia e insatisfação. Com razão, vê-se na questão do celibato eclesiástico obrigatório apenas um aspecto da crise institucional da Igreja e do sacerdócio. "Certas formas concretas em que o sacerdócio foi vivido e realizado até agora estão se desintegrando, e se procura uma nova figura de presbítero" (5).

A nova imagem do presbítero não pode ser fruto da pura reflexão teológica, nem do aprofundamento duma espiritualidade sacerdotal, se bem que ambas sejam imprescindíveis. A nova figura do presbítero que se procura deverá surgir das novas formas de vida e atividade pastoral, que criam novas estruturas na Igreja.

Neste sentido, põem-se muitas esperanças nas **Comunidades Eclesiais de Base**. Muito se tem escrito já sobre elas (6). Medellín descreve a Comunidade de Base como "uma comunidade local ou ambiental, que corresponde à realidade de um grupo homogêneo, e que tenha uma dimensão tal que permita o trato pessoal fraterno entre seus membros" (7). Dois requisitos sociológicos: a existência prévia de um grupo natural e a possibilidade de relações primárias. Dois riscos eclesiais: que o grupo corte a comunicação vital com a Igreja institucional, tornando-se "seita", e que "conservando o rótulo cristão", deixe de reunir-se e atuar "em nome de Cristo" (8),

RELIGIOSAS:

**mulheres consagradas
a Deus a serviço
dos homens. Mulheres
que valorizam sua
condição feminina.
Mulheres que fizeram
da riqueza humana
de sua feminilidade
uma doação significativa,
uma realidade sacramental,
um sinal misterioso
do Reino de Deus.
Mulheres que renunciaram**

**conscientemente
aos caminhos comuns
da realização da mulher.
Mulheres adultas,
absolutamente normais,
sem complexos ou taras
físicas ou psíquicas,
que escolheram o gênero
de vida pobre, obediente,
virginal, que levaram
Jesus e Maria. De tais
mulheres- religiosas,
não se freiras,
é que se fala aqui.**

Congar sublinha que se trata de um "grupo informal", constituído não a partir de um projeto pastoral ou de uma iniciativa da hierarquia, mas precisamente como iniciativa "tomada pela base" (9). Esquecer isto não será uma das causas fundamentais do aparente fracasso ou, em todo caso, da lentidão e instabilidade na formação de autênticas Comunidades de Base? Lembremo-nos de que, já em 1966, a CNBB, no seu **Plano Pastoral de Conjunto**, escolhera como meta prioritária a formação de Comunidades de Base. A constituição efetiva desta transformará a paróquia num "conjunto pastoral vivificador e unificador das Comunidades de Base.

Assim, a paróquia — segundo Medellin — há de descentralizar sua Pastoral quanto a lugares, funções e pessoas. "Esta transformação exigirá uma mudança na tarefa do sacerdote e na distribuição de seu tempo, passando de um trabalho centrado quase exclusivamen-

te na administração e sacramentalização a uma preocupação mais acentuada pela evangelização e o crescimento das Comunidades de Base" (10).

Novos ministérios para uma Igreja em renovação

A fluidez do contexto sócio-cultural e da própria vida da comunidade eclesial contrasta com a rigidez tradicional dos ministérios eclesiásticos. A teologia atual esforça-se por obter uma melhor compreensão teológica e eclesial dos mesmos. O ministério eclesiástico define-se não tanto pela idéia de **hierarchia** (primazia, poder, dominação santa); como pela de **diakonia** (serviço) (11). Os pastoralistas clamam pela desclericalização dos ministérios eclesiásticos e pela diversificação dos mesmos em novos serviços e funções eclesiais, seja de caráter hierárquico (restauração do Diaconato permanente, ordenação sacerdotal de homens casados,

presbíteros “de fins de semana”, etc.), seja sem este caráter (Ministros da Eucaristia, religiosas e leigos dirigentes, colaboradores ou auxiliares de Paróquias).

Medellin afirma que “quando uma Paróquia não pode ser normalmente atendida ou contar com um pároco residente, pode ser confiada aos cuidados de um Diácono ou de um grupo de religiosos ou religiosas, a exemplo do que se tem feito em algumas regiões com resultados muito positivos” (12). Perspectiva que parece ainda tímida e insuficiente para encarar os problemas pastorais do continente latino-americano.

A restauração do Diaconato permanente, apresentada como resposta à situação contemporânea, não encontrou ainda, entre nós, a compreensão e receptividade que se esperava (13). Enquanto várias Dioceses do Sul do país optaram pela ordenação de Diáconos, após a devida formação, o episcopado do Norte está preferindo conceder “missão canônica” a líderes das comunidades, indicados pelas mesmas para **Ministros Extraordinários da Eucaristia**. Estes têm a vantagem de estarem mais unidos à comunidade e de não ser o “mandato” conferido por tempo indeterminado, mas renovável periodicamente.

O Diaconato acrescenta a graça própria do sacramento da Ordem e um maior compromisso, mas surge com mais dificuldade da base e tende mais facilmente a continuar a imagem duma Igreja clerical, preocupada fundamentalmente em sa-

cramentalizar. Aliás, em ambas as experiências, a tentação é essa: formar um “**mini-clero**”, que assuma aquilo que seria para o padre fazer, mas que, no momento, não pode. Tratar-se-ia mais de ajudar ou substituir o padre que de integrar todos os cristãos na comunidade eclesial, conforme os carismas recebidos por cada membro, para o bem comum. Constata-se que “o clericalismo dos leigos pode ser mais forte que o do padre”. Mas, se o perigo existe, não é suficiente para minimizar o muito de válido nessas experiências, conclui quem conhece estas de perto (14).

Neste contexto deve ser compreendida a missão daquelas **religiosas que dirigem Paróquias** sem sacerdote residente. A experiência, iniciada faz dez anos no Brasil, é hoje um fato pastoral de importância crescente (15). É sabido, porém, que a legislação eclesiástica de caráter universal costuma evoluir muito lentamente, em acusada defasagem com a realidade pastoral local. Assim, o recente *Motu Proprio Ministeria quaedam* reserva ainda aos homens os ministérios de Leitor e Acólito. A medida, simplesmente continuadora das normas vigentes, foi notícia curiosa para a opinião pública, que obviamente tem dificuldade em harmonizá-la com o esclarecimento oficial de que “nada impede que as mulheres continuem sendo encarregadas de leituras públicas durante as celebrações litúrgicas” (16).

Para nós, importa sobretudo compreender o sentido e orientar às formas práticas em que as religiosas devem desempenhar tais tare-

fas consideradas "presbiterais". Deverão considerar-se "substitutadas" do padre e, como tal, fazer quanto possível, as mesmas coisas que ele fazia? Ou trata-se antes de que a mulher-religiosa, conforme os próprios carismas (dons do Espírito que recebeu no Batismo e atua nela), exerça missões que lhe são próprias, numa realidade sócio-pastoral concreta?

Vale para as religiosas o que foi dito dos Diáconos e dos Ministros da Eucaristia. "O maternalismo das vigárias pode ser mais exacerbado que o paternalismo de muitos vigários", confessa uma religiosa. É claro que a mulher-religiosa jamais poderá substituir o trabalho do homem-presbítero; mas, em troca, a Irmã enriquecerá — está já enriquecendo — as chamadas tarefas presbiterais com valores que o presbítero nunca pode dar.

"Mesmo que houvesse na Igreja número suficiente de sacerdotes para atender à evangelização do povo; mesmo que houvesse número suficiente de leigos engajados na pastoral da Igreja; isso não dispensaria os religiosos e religiosas de se engajarem na pastoral. Sem esse engajamento a Vida Religiosa seria falha e haveria falha também na missão e ação da própria Igreja" (17).

Concretamente, a presença da mulher é tão imprescindível na Igreja, em princípio em todos os níveis (18), como na família e na sociedade. É certo que, como na família e na sociedade, a mulher na Igreja também pode ser "explorada", utilizada como instrumento

de execução, mais passivo, mais dócil e mais "barato" que o homem. Para evitar isto, já não basta a proteção generosa e paternal dos homens; é imprescindível que as próprias mulheres, que as mulheres-religiosas se conscientizem da dignidade de seu ser e da sua vocação, e que lutem com serenidade, mas com firmeza, por merecer o reconhecimento e valorização de sua missão na Igreja.

Terão que lutar, nelas mesmas e nos outros, contra a mentalidade clerical, que considera o trabalho apostólico da religiosa (e do leigo, em geral) como delegação ou "favor do padre", sem mais direitos que os que lhe conceda a benevolência deste. Quando solicitadas por bispos e presbíteros para "necessidades urgentes", as religiosas não aceitarão senão depois de discernir que é isso realmente o melhor que podem fazer para a construção do Reino; e convirá que assinem contrato escrito, com inclusão de INPS, como qualquer trabalhador (cf Mt 10,10). Servas apenas do Senhor, com toda humildade, terão coragem para questionar ou pedir explicações mesmo a um anjo que se lhes apresente (cf Lc 1,34).

A efetiva diversificação dos ministérios, deverá terminar com o conceito de clérigo como "homem de casta superior", devolvendo-lhe a primitiva imagem do discípulo de Jesus e do colaborador dos Apóstolos: "um homem como os outros ao serviço dos outros" (19), conforme a vocação a que foi chamado. Ao lado do homem-clérigo, ao lado

e não em nível inferior, nunca faltarão algumas mulheres que, como Maria, chamada Madalena, Joana, esposa de Cuza, Susana e muitas outras, dediquem seus talentos na continuação da obra de Jesus: anunciar a boa nova do Reino de Deus (cf Lc 8,1-3).

Auxiliares pastorais

Recentemente tive a satisfação de conhecer um grupo de excursionistas da Escola de Auxiliares Pastorais de Porto Alegre (20). Espalhadas já pelo Brasil afora, religiosas ou leigas, possuem um excelente nível de conscientização cristã e uma verdadeira mística de serviço.

A Auxiliar Pastoral se auto-define como “mulher, batizada e adulta”, que vive “encarnada na realidade” e, respondendo a seu compromisso cristão, assume uma “missão especial de diaconia”, para “fazer acontecer Igreja”. Seu caráter específico lhe é dado pela “missão especial” que recebe da Igreja. Pode dirigir uma paróquia sem sacerdote residente, colaborar noutras, com os padres, formar Comunidades de Base, coordenar a catequese ou outras tarefas de Pastoral de Conjunto. Engajada numa Igreja particular, a Auxiliar Pastoral prolonga a ação do bispo, numa linha

de corresponsabilidade. Vive e anuncia o Evangelho; é “sinal e sacramento de salvação”, conforme a própria vocação (religiosa-leiga ou simples leiga); e orienta e dinamiza a própria comunidade, em ordem à vivência de Igreja-Comunhão.

O nome “Auxiliares Pastorais” é pouco feliz. Auxiliares de quem? Do presbítero ou de toda a Comunidade eclesial, com dependência direta do bispo? Mas elas se preocupam menos dos títulos — “sacerdote”, “levita”, “samaritano”... — que dos serviços efetivos que prestam: aproximar-se do outro e tomar conta de suas feridas (cf Lc 10,30-35). Elas sabem que, algum dia, a Igreja deverá reconhecer, jurídica e oficialmente, as autênticas “diaconias” femininas que estão surgindo em resposta às necessidades pastorais concretas:

Diaconia catequética ou da Palavra: pré-evangelização, na singela aproximação humana; evangelização; ensino religioso.

Diaconia litúrgica, com o povo gostando, às vezes, mais da “Missa da Irmã”, flexível e adaptada ao nível dele, do que da “Missa do padre”; e os teólogos reconhecendo o valor teológico e eclesial das Celebrações dominicais sem sacerdote (21).

Diaconia da caridade ou assistência social, onde a sensibilidade e a abnegação da mulher são insubstituíveis. Seja qual for o nome que acabem recebendo (Diaconisas?), estas mulheres sabem, por experiência própria, que “alguma coisa está brotando na Igreja e nós somos necessárias para que isso brote”.

As Auxiliares Pastorais preocupam-se de ver claramente o que querem, discernindo seus objetivos concretos numa tríplice fidelidade: à realidade (encarnando-se, partindo da situação histórica concreta), à Palavra (em comunhão pessoal com o plano de Deus) e ao homem (dando-lhe condições para que possa viver dum modo verdadeiramente humano, realizando-se como pessoa em comunidade). Todo o seu trabalho orienta-se para esta meta: que nas comunidades naturais (o lar, o grupo de base, o bairro, a cidade, a região...) possa acontecer a Igreja-Comunidade, pela resposta de fé ao anúncio da Palavra e pela celebração da Eucaristia, criadora de comunhão fraterna.

A Auxiliar Pastoral, como pessoa, define-se por suas relações com as demais pessoas: bispo, vigário, coadjutores, diáconos, agen-

tes de pastoral leigos, povo em geral e, no caso, a própria Congregação religiosa. As Auxiliares Pastorais são amigas e colaboradoras, não servas, do bispo (cada dia menos temido como “personagem importante”, munido de poderes e honrarias, e mais querido como “irmão mais velho”, que vive como a gente e distribui entre o povo sua única riqueza: a fé).

Mulheres adultas, não se sentem mais “filhas” do bispo e levam com humor ou paciência as atitudes episcopais paternalistas. Não mais dobram o joelho diante dele, nem gostam de beijar o anel; acham solene demais tratá-lo de “Vossa Excelência” ou “Vossa Eminência”; sentem saudades dos tempos apostólicos, quando Pedro era “Pedro” e Paulo, “Paulo”. Amigas e irmãs, com direito a dialogar e questionar fraternalmente (“Os bispos não estão acostumados a dialogar, porque nós não sabemos dialogar com eles”, reconhecem); submissas na fé, com dever de lealdade e responsabilidade pessoal (“Nós sem o bispo não somos nada na Igreja; não teríamos razão de existir...”).

Irmãs e colaboradoras mais próximas do vigário e dos presbíteros em geral, as Auxiliares Pastorais

podem ajudar aos padres a re-encontrar seu lugar na Igreja-Comunidade. Com paciência e firmeza farão ver ao vigário, quando necessário, que não é “dono e senhor” da paróquia, mas o primeiro servidor e o coordenador das iniciativas do povo e dos seus líderes. Os cristãos são homens livres, em Cristo, único Senhor. Por isso, será um serviço de caridade eclesial sorrir calmamente diante do padre que grita: — “Na **minha** paróquia mando eu”. Se isso não bastar, se o espírito autoritário do padre for notório, com a conseqüente inibição das lideranças leigas, pode ser necessário opor-se a ele “abertamente”, contestando-o “diante de todos” (Gál 2,1114); e se nada disso resolver, sacudir o pó dos pés (Mt 10,14), deixando sozinho a quem não souber viver em Igreja-Comunidade.

Mas o normal deve ser que as religiosas e demais agentes de pastoral trabalhem em conjunto com o presbítero. O planejamento paróquial (que deve existir!) não será fruto exclusivo das idéias e gostos do vigário, mas do esforço de reflexão e avaliação constantes de todos os responsáveis dos diversos setores, verdadeiramente representativos do sentir de toda a comunidade. A colaboração pastoral mais estreita e o apoio fraterno não devem levar a Auxiliar Pastoral a tornar-se “mãe” do padre e muito menos a procurar ou aceitar preencher indiscretamente um espaço afetivo que há de ficar vazio na vida celibatária.

Os mecanismos psicofísicos do relacionamento inter-sexual, bem

como os costumes e juízos públicos do meio ambiente, devem ser conhecidos e respeitados, com prudência e simplicidade.

Se com relação ao clero a religiosa não deve sentir-se em situação de inferioridade e execução passiva, com relação aos leigos não deverá adotar atitudes de superioridade e maternalismo, mas procurar aquele mesmo espírito de colaboração, corresponsabilidade e fraternidade que reclama do clero. O perigo aqui, especialmente em comunidades rurais, é o das religiosas assumirem com tal ‘zelo apostólico’ todas as funções na paróquia que não deixem lugar para os leigos. Estes começam admirando a dedicação e habilidades da Irmã, para terminar cansando-se de marcar presença passiva na vida eclesial.

Pelo contrário, como dizem as Auxiliares Pastorais, “nossa missão é formar o Povo de Deus, descobrir e formar líderes, e não ocupar o seu lugar”. A Auxiliar Pastoral é elemento de ligação entre a Hierarquia e a base. A religiosa, inserida no meio ambiente, aspira a ser verdadeiramente “irmã” de todos.

A presença de Auxiliares Pastorais leigas merece ser destacada não apenas pelo serviço direto que prestam nas comunidades em que vivem engajadas, como também pelo testemunho de vida apostólica que dão às próprias religiosas e ao clero. “Auxiliar Pastoral é uma vocação exigente, dizia uma leiga. Cristo sempre está querendo alguma coisa de mim, aqui e agora. Eu já quis largar esta vocação e não consegui” (22).

Conclusões

1) A religiosa é uma mulher batizada e adulta, que assume plenamente sua condição feminina, segundo uma vocação peculiar.

2) Na estrutura atual da Igreja Católica, a religiosa não é nem sonha ser membro do clero.

3) Séculos de clericalismo exorbitaram as funções e tarefas concretas do presbítero na comunidade eclesial, com grave dano para a iniciativa e responsabilidade da maioria dos batizados, chamados também a exercerem "ministérios", conforme os próprios carismas.

4) Novas situações no mundo e na Igreja estão a exigir novos ministérios e novas formas de realização destes "serviços" na Igreja-Comunidade.

5) As religiosas deverão assumir certas tarefas confiadas tradicionalmente a presbíteros, não apenas como eventuais 'substitutas do padre', mas por exigência concreta, num contexto determinado, de sua consagração batismal, conscientizada e radicalizada ainda mais pela consagração religiosa.

6) As relações das religiosas com o clero e o laicato não devem ser entendidas em termos de inferioridade-superioridade, mas de colaboração e co-responsabilidade, de obediência comum ao mesmo Pai e de fraternidade universal, concretizada e assumida lealmente na organização visível da Igreja.

7) A Igreja, Povo de Deus, organicamente articulado, é sacramento

ou sinal eficaz de salvação, isto é, de comunhão dos homens com Deus e entre si. Toda a vida e trabalhos das religiosas estão orientados para isso: Acontecimento da Igreja-Comunidade, construção do Reino, convergência de todas as forças e fraquezas deste mundo para a consumação escatológica.

8) Na sua longa e misteriosa caminhada, a Igreja sabe que "está ainda em sua alvorada" (23), sempre mais perto do início que do termo final incomensurável. Inseridas totalmente nesta Igreja nascente, num ponto histórico-geográfico concreto, as religiosas sentem-se chamadas a exercerem sua vocação profética, sacerdotal e régia, conforme os carismas recebidos e em resposta aos apelos da realidade pastoral concreta.

9) As religiosas necessitam da colaboração de outros membros da Igreja, mesmo para discernirem objetivamente a sua própria vocação; mas nunca lhes será lícito eximirem-se de sua responsabilidade pessoal, num cômodo sentimento de inferioridade e de falsa humildade para com um clero demasiadamente habituado a tomar por si só decisões que afetam a todos os cristãos.

O Problema da Ordenação Sacerdotal de Mulheres

Mulheres engajadas na pastoral da Igreja, lúcidas e serenas, são conscientes de que ainda não chegou a hora da admissão da mulher ao presbiterato católico. "O momento histórico não é propício"

(Ir. Elisabeth Stümpfler, Diretora da Escola de Auxiliares Pastorais de Porto Alegre); na atual situação seria "inoportuno ou mesmo prejudicial" (Elisabeth Goessmann, casada, doutora em Teologia (24).

O problema teológico também não está maduro. O cardeal Flahiff, em nome do episcopado canadense, pediu no Sínodo dos Bispos — 1971, que se estudasse a fundo. Os argumentos escriturísticos que se invocam não são decisórios. Não se pode provar, como pretendem alguns exegetas, que Cristo, ao escolher os doze Apóstolos, quisesse fazer-se representar, no seu papel de Chefe, só por meio de homens, excluindo positivamente as mulheres. Mas tampouco existe prova de que quisesse apenas adaptar-se à mentalidade da época, que não aceitava a presença de mulheres como chefes duma comunidade religiosa.

A Igreja dos primeiros séculos conheceu o Diaconato feminino, mas a tradição constante é contrária à ordenação sacerdotal ou episcopal de mulheres. Não é, porém, matéria definida dogmaticamente, e o simples fato da Igreja não ter feito uma coisa até agora, não significa que não a possa fazer no futuro. A Igreja só está impedida de mudar aquelas matérias que são de "direito divino", e não está provado que a exclusão das mulheres do sacerdócio ministerial seja de direito divino, bem como tampouco que proceda apenas da conjuntura histórico-cultural (25).

Nestes termos, o problema fica teologicamente aberto. As diversas posições dos teólogos devem entender-se como meras "opiniões". P. Grelot e Ph. Delhaye defenderam recentemente a posição tradicional (26); Y. Congar aceita a ordenação diaconal para mulheres, mas lhes nega a plena representação do Cristo, na presidência da Eucaristia e no exercício do poder das chaves (27); Hans Küng e vários autores holandeses são decididamente favoráveis à ordenação de mulheres idôneas (28). Prevê-se que a atenção dos teólogos sobre o assunto aumentará nos próximos anos.

A teologia católica não pode deixar de acompanhar a evolução do problema nas Igrejas Cristãs Não-Católicas. Os ortodoxos são radicalmente contrários à ordenação de mulheres. Já a Igreja Anglicana inclinou-se a favor, porém, a decisão, tomada por pequena maioria, não é definitiva. No mesmo sentido evoluem as diversas denominações protestantes. Todavia, não se deve esquecer que, para a maioria delas, só o sacerdócio universal dos fiéis tem caráter sagrado; não seria exato, portanto, identificar o pastor protestante com o presbítero católico ou ortodoxo (29).

Independentemente do problema teológico, razões psico-sociológicas e pastorais dificultam a abertura do sacerdócio ministerial à mulher. Muitas mudanças de mentalidade e estrutura deverão verificar-se na Igreja Católica, antes de que tal abertura seja possível e conveniente. Um psicólogo recomendava, recentemente, que a ordenação de

mulheres fosse precedida da ordenação de homens casados. Na mesma ocasião, o Cardeal Daniélou concluía: "Nada de decisivo foi oposto ao presbiterato feminino: o estudo da questão pode avançar..." (30). Mas, cuidado com a

transposição da teoria à prática! A decisão de ordenar mulheres, na perspectiva mais otimista, só pode prever-se a longo prazo. Acalentar esperanças prematuras não conduziria mais que a frustrações e revoltas inúteis.

NOTAS

(1) **Domenica del Corriere**. Milan, 10-11-1970.

(2) DOM ANTÔNIO B. FRAGOSO, **A Experiência da Igreja de Crateús**, SEDOC 5 (janeiro 1973): col. 837.

(3) HELENA GONÇALVES SILVEIRA, **Vivência Litúrgica em Comunidades sem Sacerdotes**. Trabalho de conclusão de curso na Escola de Auxiliares Pastorais. Porto Alegre, 1972. (Inédito).

(4) *Ib.* Cf. R. CARAMURU DE BARRÓS, **Comunidade Eclesial de Base: uma opção pastoral decisiva**. Petrópolis, Vozes, 1967. pp. 11-15; J. MARINS, **A Comunidade Eclesial de Base**. s.n.t., pp. 51-58.

(5) **A Situação e os Problemas do Padre Hoje**, REB 32 (março 1972): 161-195. Trata-se da situação do clero espanhol. Entre nós, lembrem-se: J. COMBLIN, **Problemas Sacerdotais da América Latina**, TEXTO E CONTEXTO, março-junho 1968: 33-45 (publicado primeiro em francês: LA VIE SPIRITUELLE, mars 1968: 319-343); J. MARINS, **Pesquisas sobre o Clero no Brasil**, REB 29 (1969): 121-138; A. ANTONIAZZI, **O Ministério Sacerdotal na visão de seus protagonistas**. Resultado do

inquérito entre o clero de Minas Gerais e Espírito Santo, em preparação ao próximo Sínodo dos Bispos, ATUALIZAÇÃO, n.º 21 (set. 1971): 389-402. Para as estatísticas dos que deixam o ministério: M. KAUFFMAN, **Regard statistique sur les prêtres qui quittent le ministère**, SOCIAL COMPASS, 17 (1970,4): 495-502; A. GREGORY e outros, **Laicizações do Clero do Brasil. Estatísticas e Interpretações**, 29 (1969): 924-939.

(6) Além das obras indicadas na nota (4), podem consultar-se, entre nós: D. BARBÉ e E. RETUMBA, **Retrato de uma Comunidade de Base**. Petrópolis, Vozes, 1170; J. COMBLIN, **Comunidades Eclesiais e Pastoral Urbana**, REB 30 (1970): 783-828; A. GREGORY, **Pesquisa Exploratória sobre Comunidades Eclesiais de Base no Brasil**, em: C. PADIM e outros, **Missão da Igreja no Brasil**. São Paulo, Loyola, 1973: 135-149; P. P. KOOP, **Comunidade de Base e Novo Ministério Sacerdotal**, VOZES, 1968 (n.º 10): 866-77; J. MARINS, **Diaconato e Comunidade de Base**. São Paulo, s.e., 1968; G. PASTOR, **Comunidades de Base e Grupos Pequenos de Vida Religiosa**, GRANDE SINAL 1972 (n.º 4): 281-297.

- (7) II CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO (Medellin), SEDOC 1 (nov. 1968): col. 744 (Documento n.º 15, III.1).
- (8) L. RETIF, **Bispos e Esperanças das Comunidades de Base**, GRANDE SINAL 1972 (n.º 8): 624-627.
- (9) **Intervenção no Colóquio Internacional CERDIC**, Estrasburgo, maio 1971, cit. por J. M. BELMONTE, em VIDA NUEVA. Madrid, 1971 (n.º 790): 996-1103.
- (10) Documentos del Encuentro Socio-Pastoral de Montevideo, diciembre 1968, extrato em **Iglesia en Latinoamérica. Protesta o Profecía?** Buenos Aires, Ediciones Búsqueda, 1969: 383-95.
- (11) Cf HANS KÜNG, **La Iglesia**. Barcelona, Herder, 1939: 461ss. Há trad. port.: Lisboa, Moraes ed., 1969-70. 2 vols. Para a doutrina oficial da Igreja, cf o cap. III da **Lumen Gentium**, fruto da conciliação das duas tendências que se enfrentaram no Concílio Vaticano II. Já no proêmio, diz-se que os "ministros" são "revestidos do **sagrado poder**" e "**servem aos Irmãos**", para o bem de todo o Corpo (LG. 18).
- (12) II CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO (Medellin), loc. cit.: col. 745.
- (13) Cf CNBB, Regional Sul-3, **IV Encontro Regional sobre Diaconato Permanente**. Viamão, 21,22 e 23 de abril de 1972. Porto Alegre, 1972 (polígrafo).
- (14) H. G. SILVEIRA, loc. cit. A autora, Serva da SSma. Trindade, trabalhou vários anos na Paróquia de São Jacinto, Teófilo Otoni, MG, sem sacerdote residente. Atualmente colabora na Escola de Auxiliares Pastorais de Porto Alegre.
- (15) Cf JEANNE MARIE TIERNY, **Religiosas dirigem Paróquias**. CONVERGÊNCIA, n.º 32, março 1972: 31-33.
- (16) Cf **As Mulheres e os Ministérios na Igreja**, SEDOC 5 (nov. 1972): col. 543-44.
- (17) GILDA TERESINHA DAL SALTO, **A Religiosa e a Pastoral**. Trabalho de conclusão do curso na Escola de Auxiliares Pastorais. Porto Alegre, 1972 (Inédito). Cf o livro clássico do Cardeal L. J. SUENENS, **Promoção Apostólica da Religiosa**. São Paulo, Flamboyant, 1963; J. M. TILLARD, **Les religieuses et la pastorale**, em LES RELIGIEUX AU COEUR DE L'EGLISE. Paris, Cerf, 1969: 131-150; e VATICANO II, **Lumen Gentium** n.º 44 (118, na ed. da VOZES); **Perfectae Caritatis**, n.º 8 /1242/.
- (18) Sobre o possível acesso da mulher ao presbiterato e episcopado católico, cf o último subtítulo deste trabalho.
- (19) H. G. SILVEIRA, loc. cit.
- (20) Uma breve informação sobre esta Escola, fundada e dirigida pela Ir. Elisabeth Stümpfler, encontrar-se-á em GRANDE SINAL 26 (n.º 9): 714-15. Há um projeto de fundação de uma Escola semelhante em Belo Horizonte.
- (21) Cf SILVEIRO LITSCHKA, **Apuntes para una Teología de las Celebraciones Dominicales sin Sacerdote**, TEOLOGÍA Y VIDA. Santiago de Chile, 12 (1971, 3/4): 284-302. Baseia-se na revalorização atual da

Teologia da Palavra de Deus e da Teologia da Assembléia.

- (22) Para tudo o que diz respeito às Auxiliares Pastorais servi-me do trabalho de H. G. SILVEIRA, tantas vezes citado; de R. M. REYES SALAZAR, **Missão da Auxiliar Pastoral na Igreja-Comunhão**, trabalho de conclusão do curso na Escola de Auxiliares Pastorais. Porto Alegre, 1972 (Inédito); e sobretudo dos debates do Encontro de Auxiliares Pastorais celebrado em Porto Alegre, janeiro 1973. Um resumo deste Encontro será publicado no Boletim IPAL-Sul 3.
- (23) SERTILANGES, cit. por Y. CONGAR, **Autoridad y Libertad en la Iglesia**. Bilbao, Desclée de Brouwer, 1971: p. 14.
- (24) **Mulher-Sacerdote?** CONCILIUM 1968/4: 108.
- (25) Y. CONGAR, **La femme et le sacerdoce. II. Simples réflexions**, VIE CONSACRE'E 44 (sept.-oct. 1972): 311.
- (26) P. GRELOT, **Le ministère de la Nouvelle Alliance**. Paris, Cerf, 1967. Annexe I: **Les femmes et le sacrement de l'Ordre**, pp. 143-167. PH. DELHAYE, **Rétrospective et prospective des ministères féminins dans l'Eglise**, REVUE THEOLOGIQUE DE LOUVAIN 3 (1972/1): 55-75.
- (27) Y. CONGAR, loc. cit., p. 312. É sintomático o fato de que, num trabalho anterior (de 1966), Congar não abrisse o diaconato à mulher, mas apenas as "Ordens Menores", hoje abolidas. Cf DELHAYE, loc. cit. p. 69, nota 41.
- (28) HANS KÜNG, **Wozu Priester?** Zürich-Einsiedeln-Köln, 1971. Há trad. fr.: **Prêtre, pour quoi faire?** Paris, Cerf, 1971. H. VAN DER MEER, **Priestertum der Frau?** Freiburg, Herder, 1969. Há trad. it.: **Sacerdozio della donna?** Bréscia, Morcelliana, 1971. J. PETERS, **Haverá lugar para a mulher nas funções da Igreja?** CONCILIUM, 1968/4: 114-24. R. VAN EYDEN, **A Mulher nas funções litúrgicas**, CONCILIUM 1972/2: 183-197. Aliás, o desejo de abrir o sacerdócio ministerial à mulher não é exclusivo dos setores mais avançados da Igreja Católica. O Cardeal Daniélou mostrou, em diversas ocasiões, sua simpatia pelo tema.
- (29) CONSEIL OECUMENIQUE DES EGLISES, **De l'ordination des femmes**. Genève, 1964. **O Lugar da Mulher no Ministério das Igrejas Cristãs Não-Católicas**, CONCILIUM 1968/4: 143-57. CH. LEFEVRE, **Sur le problème du presbytérat féminin**, REVUE THEOLOGIQUE DE LOUVAIN 3 (1972/2): p. 201. **Reconhecimento recíproco dos ministérios eclesiais?** CONCILIUM 1972/4: Todo o número.
- (30) CH. LEFEVRE, loc. cit.: 203-204. O psicólogo é A. VERGOTE, bem conhecido por seus trabalhos sobre psicologia religiosa; a ocasião, um Encontro em Louvain, 20-21 de dezembro de 1971.

Em seu artigo, **Convergência 41** (1971) p. 24-32, Pe. Lídio Milani apresenta uma explicação muito clara da relação que realmente existe entre a saúde e o desenvolvimento. Numa frase lapidar o autor revela o grande valor da assistência à saúde, pois: "Saúde significa felicidade. Felicidade significa segurança e segurança significa Paz e Desenvolvimento."

Podemos acrescentar que a saúde tem também muito a ver com a libertação do homem. Este nosso artigo se limitará ao aspecto do serviço do religioso aos doentes. Porém, sempre é necessário confrontar-se com a realidade, por mais desesperadora que pareça.

Com todo realismo, Pe. Lídio Milani coloca o problema: "Sabemos que o Brasil é um país doente e no qual grassam não poucas endemias. Segundo o Ministério da Saúde, há 34.600.000 doentes, no país, portadores de moléstias de chagas, esquistossomose, lepra e verminoses. Existem também outras doenças que atingem grande número de patricios: a malária, a febre amarela, as doenças mentais, a paralisia infantil e outras, que elevam para mais de 40.000.000 o número de doentes. Algumas regiões do Norte e do Nordeste são detentoras de um índice de mortalidade infantil que é dos mais altos constatados no mundo (120 a 130 por mil nascidos vivos)", **Convergência 41** (1971) p. 25.

É este panorama muito triste que devemos ter diante dos nossos olhos, quando pensamos em serviço ao nosso irmão enfermo. Por isso a

O RELIGIOSO

nossa intenção não é e não pode ser refletir apenas sobre o serviço ao doente em termos de serviço hospitalar, pois assim ficaria bastante limitado. Mas é necessário termos um ponto de partida. Este ponto será o hospital, no qual se presta diariamente o serviço ao doente. Neste ambiente se olha o doente na sua totalidade, na continuidade da sua história e no relacionamento com seu ambiente de vida?

O Religioso a serviço dos doentes

Cada pessoa humana concreta está inserida num conjunto de relacionamentos, os quais são, na nossa realidade, bastante privativos e negativos. Aponto alguns itens enumerados no artigo acima mencionado: "Falta de educação de base; condições precárias de higie-

ne e de saneamento; desemprego (de cada nove cidadãos um tem emprego); a alimentação carente; estruturas injustas; miséria; migrações internas (disseminação de endemias); deficiência das instituições de assistência à saúde (dispersivas, caras e funcionando mal), serviço social precário, carência de pessoal técnico". **Convergência** 41 (1971) p. 26.

A SERVIÇO DOS DOENTES

PE. ADRIANO BACKX, CSSR

As 11.520 religiosas que trabalham no setor de saúde, deveriam estar bem convencidas da necessidade da sua presença neste imenso campo, compenetradas do apelo que esta realidade calamitosa faz a cada um de nós.

Vamos procurar uma motivação bastante válida para enfrentarmos a nossa luta contra o mal da doença.

A atitude de Cristo

Para se ter uma compreensão plena e profunda da libertação que Cristo trouxe para o irmão enfermo, devemos ter noção do comportamento da sociedade primitiva em relação ao doente. Talvez possamos então descobrir em nós mesmos certa ambivalência. Constatamos que o homem doente provocava nos outros certo medo e pavor. Em vez de tratá-lo, a tendência era afastá-lo da convivência. Até o dia de hoje continua esta tendência, ainda que seja inconsciente. Por que se fala e se escreve tão pouco sobre a situação do doente? Não é o medo da realidade da doença e da morte?

Na sociedade primitiva o doente era considerado como alguém que estava sob o poder de influências malignas. A sua cura, isto é, o seu retorno à vida normal da tribo pertencia à magia. Nem todos podiam ter contato com o doente. Havia um verdadeiro medo. Devia morar em habitação separada dos outros. A estrutura desta sociedade nos explica o porquê desta atitude. Numa cultura primitiva a

sociedade é muito fechada. A tribo vive uma vida marcada por limites bem claros de ordem material e espiritual. Além disso há dentro da comunidade uma ordenação muito rigorosa da vida. Tudo é submetido a normas fixas, determinadas e sustentadas por uma hierarquia dentro da sociedade. O principal é: ordem e segurança.

Havia a convicção que esta ordem de vida, na qual se vivia, fosse realmente de natureza divina. Participava-se de uma ordem sobrenatural. Nesta sociedade o homem diferente, chamava logo a atenção. Era fora do comum e não pertencia mais ao grupo. Por consequência, não pertencia mais à ordem divina. Era então diabólico. Nesta sociedade primitiva o doente é claramente uma pessoa diferente, anormal, perigosa. Desligou-se da ordem divina. Está sob a influência do demônio.

Esta visão primitiva relativa à doença e à pessoa doente tem deixado rastros pela história toda. No Antigo Testamento o doente está sob a influência de maus espíritos. Ainda hoje se fala, em certos meios da população, em "encosto" e expulsão dos maus espíritos. Usam-se amuletos para se prevenir contra as doenças. Até no Novo Testamento existe a atitude de expulsão da sociedade a respeito dos leprosos.

Em Isaías, capítulo 53, 2-3, se descreve como as pessoas sadias daquela época olhavam o doente: "Não tinha graça nem beleza para atrair nossos olhares, e seu aspecto não podia cativar-nos. Era des-

prezado, era a escória da humanidade, homem das dores, experimentado em doenças. Como aqueles, diante dos quais cobrimos o rosto, era amaldiçoado e não fazíamos caso dele."

Quando Jó se cobriu de feridas malignas, desde a planta dos pés até o alto da cabeça, então assentou-se sobre a cinza, e a mulher queria que Jó morresse logo para desaparecer da sua convivência. Perante este pano de fundo da sociedade primitiva devemos apreciar a grandiosa obra de libertação feita por Cristo. Pelas atitudes de Cristo perante a doença e o enfermo realizou-se uma completa "desmitologização". Por ele o doente foi "des-demoninhado",

Diz o Pe. José Comblin em **Jesus de Nazaré**, Vozes 1971, p. 51: "O maior serviço que se podia prestar a um povo era o de curar os doentes. Jesus escolheu o serviço maior, não havia sinal maior. Se quisesse sugerir a idéia de uma fraternidade realmente ativa e de um Deus realmente atencioso, não havia possibilidade de hesitar. A impressão do conjunto destaca-se bem nas conclusões de Mateus: "Jesus percorria toda a Galiléia, ensinando nas sinagogas, pregando a boa-nova do reino, e curando todas as doenças e todas as enfermidades do povo. Correu sua fama por toda a Síria, e traziam-lhe todos os doentes de várias enfermidades e moléstias, possessos do demônio, lunáticos, paralíticos, e ele os curava" Mt 4, 23-24.

Para Cristo o doente é um irmão que sofre e não uma pessoa banida

e expulsa da convivência e da sociedade, um "outcast". Cristo acolhe o doente, o toma pela mão num gesto de profundo amor e de grande simpatia. Não mostra nenhum receio ou aversão nem diante do leproso, mas o toca e o liberta do seu isolamento e da sua miséria. Curar os enfermos é o grande sinal da vinda do Reino, faz parte da solene proclamação do Reino de Deus na terra. Esta cura dos doentes simboliza e de certo modo já realiza a libertação que Deus tinha prometido ao seu povo. Cristo tirou do sofrimento, da doença a sua força diabólica. Tomou o sofrimento sobre si e possibilitou uma atitude completamente diversa. Os primeiros cristãos contemplavam no sofrimento de Cristo a realização de Isaías 53: "Ele tomou sobre si nossas enfermidades, e carregou-se de nossos sofrimentos... foi suprimido... foi-lhe dada sepultura ao lado dos criminosos... mas a vontade do Senhor será por Ele realizada."

O sofrimento tem agora um sentido positivo para a comunidade.

Recebe o seu lugar no plano divino. Isto possibilita uma identificação com este "desprezado" assim como de fato fizeram os mártires.

Por estas profundas mudanças de mentalidade e de atitude, a doença, o sofrimento, a pessoa do enfermo ficaram totalmente "desdemonizadas." Agora o doente é alguém que pode ser abordado como membro íntegro da comunidade; pode ser objeto da diaconia, de assistência cristã e, conseqüentemente, de cuidados médicos e de enfermagem.

Realização desta libertação na história da Igreja

Esta atitude de Cristo que liberta dos aspectos diabólicos e que cria uma abertura para o caridoso cuidado do irmão enfermo, se realizará, de uma maneira realista, pelas atividades da Igreja. Ao cristianismo cabe a honra de ter concretizado esta libertação em estabelecimentos destinados para acolher e tratar os doentes. Já nos primeiros séculos encontramos o ser-

viço dos diáconos. Conforme a “Didascália dos Apóstolos” eles prestam serviços a todos os irmãos enfermos.”

A paz Constantiniana, no século 4.º, permite à Igreja as suas primeiras realizações públicas, os seus primeiros hospitais. Já antes do Concílio de Nicéia (325) existia uma lei que dizia: “Em todas as cidades deverá existir um domicílio reservado para os peregrinos, para os pobres e para os doentes.” Entre 370 e 379 São Basílio construiu em Cesaréia uma “cidade hospitalar” e pôs à sua disposição pessoal de enfermagem e médicos.

São João Crisóstomo recomenda de um modo especial ao clero: “para os doentes deve-se procurar moradia, remédios, vestimenta e boa alimentação”. É neste mundo bizantino, herdeiro da cultura grega e romana, que se desenvolveu naquela época uma rede hospitalar: na Síria, na Palestina, no Egito e no Norte da África. A cidade de Alexandria possuía uma organização de 500 enfermeiros, treinados em todo serviço de enfermagem. No Ocidente, são as Ordens Monásticas que realizaram o desejo de Cristo de libertar o irmão doente. A Ordem Beneditina teve um papel preponderante. Nos grandes Mosteiros se organizavam enfermarias e às vezes hospitais, nos quais também a medicina teve um novo impulso. Nestes Hospitais dos Monjes se manifestava o grande amor devotado ao doente.

No ano 1118 foi fundada a Ordem Hospitalar, São João de Jerusalém. Os religiosos desta Or-

dem deverão servir e honrar a Deus servindo aos pobres e aos doentes. No Regulamento lemos: “com o devido consentimento dos irmãos, o hospital aceita o serviço de 4 médicos. Estes médicos visitarão os doentes duas vezes por dia e mandarão preparar o necessário para a sua recuperação. Nas visitas dos médicos, os irmãos enfermeiro e secretário deverão estar presentes anotando fielmente aquilo que for mandado pelo médico para o tratamento do paciente. Estes médicos receberão gratificação da caixa comum e nada poderão aceitar dos doentes”.

O valor destes estatutos do Hospital de Jerusalém é muito grande, pois irão servir de modelo para as nossas Santas Casas de Misericórdia. Pela ação da Ordem de Jerusalém a Cristandade toda foi coberta por uma rede hospitalar imensa. No ano 1194 existem 800 estabelecimentos hospitalares espalhados pelos países mais desenvolvidos da Europa. Naquele tempo pode ter havido dúvidas e imperfeições quanto à medicina, mas uma coisa não faltava: um bom serviço de enfermagem. Dentro da Cristandade medieval nunca faltaram para esta dura mas nobre profissão, homens e mulheres de grande coragem e de generosidade incrível. Nestas atitudes humanas podemos verificar a mudança completa de mentalidade, que Cristo nos trouxe pela sua aceitação absoluta do irmão enfermo.

Na época da renovação espiritual e da reforma, se manifestaram valiosas iniciativas no âmbito

hospitalar. De 1537 (data da fundação dos "Irmãos da Caridade" de São João de Deus) até 1840 surgem em toda parte Congregações religiosas que se dedicam às atividades hospitalares. São ao todo: 9 congregações masculinas e 30 congregações femininas. De todos os fundadores e fundadoras citarei os nomes dos três grandes inspiradores de uma preocupação renovada pelos doentes: S. João de Deus, S. Camilo de Lellis e São Vicente de Paulo.

1537 ou 1540. **São João de Deus** pode ser chamado o renovador das técnicas hospitalares. Em 1691 esta congregação tinha na França 24 hospitais. 1582. **S. Camilo de Lellis** fundou a Congregação dos "Ministros dos Enfermos". Na regra insiste muito na ordem, na limpeza, na higiene, numa colaboração inteligente com o corpo médico. Os ministros fazem um quarto voto de dar assistência às vítimas de pestes.

A figura de **S. Vicente de Paulo** a encontramos no Hospital da Congregação de S. João de Deus em Paris. No seu tempo, a mais moderno, mais conceituado e mais bem servido quanto ao pessoal da enfermagem. O que caracteriza S. Vicente é o seu espírito evangélico, o seu vigoroso realismo na organização, no método, na eficácia do rendimento e no seu profundo respeito pela pessoa humana.

Andamos, realmente, com passos de gigante pela história para descobrir a libertação do nosso irmão doente tão desejada por Cristo. Constatamos, porém, que

aos poucos evoluiu a idéia de "refúgio para infelizes" para "estabelecimentos essencialmente destinados e reservados para o tratamento e cura dos enfermos".

Atitude de libertação na situação atual

Na época atual se exige, com todo direito, um equipamento técnico adequado e adaptado a todas as exigências de uma medicina de alta qualidade. O religioso engajado nesta tarefa técnica, tem a missão de conservar a sensibilidade humana, o fervor da caridade cristã que lhe foi transmitida desde a libertação feita por Cristo.

No artigo sobre a presença cristã junto ao doente no Hospital em evolução, **Présences** 113 (1970) pág. 36, o Pe. Louis Touchet procura dar uma idéia desta atitude de hoje do religioso a serviço dos doentes.

"A presença cristã deve ser impregnada da caridade. Onde e como se manifestará esta caridade, isto é, o dom total do Cristão aos seus irmãos em resposta ao dom que o próprio Deus lhe concedeu, no hospital de hoje? Sem dúvida esta caridade se manifestará essencialmente no respeito ao seu serviço, no esforço da libertação e da personalização. Este esforço é tanto mais importante no hospital quanto as pessoas que aí se encontram são mais frágeis e correm facilmente o risco da despersonalização. Nisto a Igreja defende o humano. Esta tem algo a di-

zer a todo mundo. Ela vai a todos os homens de boa vontade.”

É nesta humanização do hospital moderno que reside em grande parte o serviço do religioso ao doente.

Constata o Pe. Dr. Paulo Spnker no seu livro “De Laatste Levensfase” (Última Casa da Vida), Ambo, 1972, p. 22: “A norma básica para o procedimento do médico e do corpo da enfermagem em relação ao paciente individual, deve ser determinada pelo homem na sua totalidade e abrange o complexo todo de aspectos físicos, emocionais, psíquicos e sociais que são próprios à situação existencial do homem.”

Disto se conclui que no hospital moderno, com toda sua organização complexa que se torna cada vez mais especializada, se deve estar atento a outros aspectos além dos físicos, embora estes, no primeiro momento, sejam os mais relevantes. A missão do religioso a serviço dos doentes deve ser: anunciar a mensagem de Cristo em toda a sua originalidade. Aceitar esta mensagem implica: re-

conhecer a presença libertadora de Deus neste mundo e realizá-la por meio do amor humano e da justiça, da amizade e da clemência, de toda ajuda e consolação. Em outras palavras: em toda humanização autêntica. É necessário que se mostre ao nosso irmão doente e a todos que vivem em função do Hospital ou da saúde do povo, em âmbito mais amplo, que o nosso “tipicamente cristão” consiste numa inspiração proveniente da nossa fé em Cristo e na perspectiva da nossa esperança. Desta maneira “o humano” se torna ao mesmo tempo símbolo e realidade da salvação.

É a procura e a realização daquilo que é autenticamente humano, inspirado por Cristo e na perspectiva da conclusão final e definitiva no mesmo Jesus Cristo. O anúncio desta mensagem poderá ser uma preciosa contribuição em todas as tentativas de humanização do hospital, pois dá uma resposta às perguntas sobre o sentido da vida e da morte.

No Cepas-Documentários, 71/3 p. 31 e ss, a Irmã Nívea Padim, O.P. declara: “Entendemos por humanização: reintroduzir o humano na viga mestra do hospital”. E a autora continua: “Para Paulo VI será: passar de estruturas menos humanas a mais humanas, denunciadas em sua encíclica: **Desenvolvimento dos Povos**, referindo-se às carências materiais, morais e às estruturas opressivas. Analisando-as e confrontando com a realidade hospitalar, podemos assim apresentá-las:

CARÊNCIAS MATERIAIS

Menos humanas

Falhas nos serviços vitais
Discriminação de leitos aos pobres
Má distribuição dos profissionais

carência de medicamentos
carência de reabilitação
carência de prevenção.

Mais humanas

Prioridade do humano no planejamento
Acesso universal à hospitalização
Predistribuição dos recursos segundo populações
Tratamento efetivo, integral
Devolução do homem íntegro à sociedade
Vitória sobre flagelos sociais.

CARÊNCIAS MORAIS

Menos humanas

Burocracia, tecnocracia,
superstição, ignorância sanitária,
omissão, conivência,
limitação, escravização,
coisificação do homem.

Mais humanas

Ordem: flexibilidade, adaptação ao homem
Ciência: conscientização; educação do enfermo
Responsabilidade: consciência profissional
Liberdade: de escolha, de crença
Dignidade: novos conceitos e atitudes.

Creio que com esta citação da Ir. Nívea Padim, tenhamos uma noção bem clara da nossa obrigação de tomada de consciência frente à humanização hospitalar. A

todos que estão a serviço dos doentes recomendo muito a leitura deste número do Cepas-Documents, 71/3 — “Técnica-Fé,” no qual encontrarão bastante material para reflexão e renovação.

Engajando no campo de saúde

Parece-me que a atividade hospitalar não esgota plenamente o serviço do religioso aos doentes. Voltemos à libertação do homem anunciada por Cristo e então seremos forçados a reconhecer que o serviço prestado ao nosso irmão enfermo deverá ser em proporções muito mais amplas. Diz o Pe. Pedro Mayer em **Novos Rumos da Pastoral de Saúde**, Vozes, 1968. p. 17:

“Conforme dados fornecidos pelo D.N.S. trabalham no campo de saúde no Brasil: 433.000 pessoas, na sua grande maioria “católicos”, sem contar os estudantes de medicina, de enfermagem, de assistência social e todo o pessoal que, indiretamente, trabalha na saúde pública, como seja: laboratórios, farmácias etc. Dentro deste grupo temos 14.000 religiosos (as). O autor manifesta a sua grande preocupação nas seguintes perguntas realmente angustiantes:

“Se todo esse montante de pessoal é consituído de batizados, qual é a fermentação que estão produzindo no campo de saúde? Que estão fazendo para os 40.000.000 de doentes no Brasil? Que conhecimento possuem da realidade brasileira contextual e principalmente no que tange à saúde do povo? Visa-se o atendimento integral do homem enfermo? Qual é o grau de conscientização do religioso (a) neste campo? Tudo que se faz é posto a serviço do pobre, da pessoa humana enferma, a serviço da saúde

ou de interesses individuais ou de manutenção de estruturas suspeitas? Quais os dados concretos, autênticos de uma Igreja que quer ser sinal, sacramento, também no campo e saúde?”

Existe, realmente, exemplos, talvez ignorados ou esquecidos, da possibilidade de uma ação efetiva em benefício da saúde do povo. Quero lembrar a figura de D. João Batista Muniz, C. ss. R., bispo resignatário da diocese da Barra do Rio Grande. Suas campanhas contra malária, tracoma e esquistossomose, (na época de 1945-60) tiveram repercussão em nível nacional. O trabalho de D. João Muniz em campanhas tecnicamente perfeitas, fez um bem incalculável às populações do sertão baiano e na zona da mata de Pernambuco. Foi realmente um serviço profundamente humano e cristão, inspirado por Cristo libertador e numa perspectiva de salvação, pois foi claramente mostrado a possibilidade da libertação de doenças endêmicas de uma região imensa do sertão.

Felizmente este trabalho pioneiro tem a sua continuação eficiente nas atividades dos Centros de Saúde, fundados pelo sucessor D. Tiago Cloin, C. ss. R. Este exemplo nos convida a pensar um pouco sobre o saneamento do ambiente enfermo. Seria de grande valor se perguntássemos a nós mesmos: Reenviar um doente clinicamente curado, para um ambiente onde sua convalescença fica realmente difícil e a reincidência quase certa, não é uma ação perdida? As comunidades religiosas deveriam também pensar no fato que as regiões rurais são geralmente as mais desprovidas, as mais pobres e as mais abundantes e que, portanto, têm um direito de prioridade no campo de saúde, também da parte das instituições religiosas.

Religiosas competentes poderiam se engajar em atividades tão válidas como do SESPE, ANCAR, FASE etc. para realização de progressos mais amplos de saúde. Poderia se pensar em Centros de Saúde por todo o interior, bem equipados e providos de leitos para permanência de alguns enfermos e de parturientes. A religiosa faria então parte da equipe de coordenação também para organizar as necessárias campanhas de combate às doenças endêmicas da região. Em vez de esperar nos hospitais, pelas vítimas de uma sociedade injusta, não seria melhor enfrentar aquilo que visa diretamente o bem-estar e a saúde do povo?

Atualmente muitas religiosas desejam um contato mais direto com

o povo. Querem viver com o povo e ter um diálogo permanente com a realidade. De preferência nos subúrbios e bairros populares das nossas grandes cidades. Aqui encontram situações do mais completo abandono no que diz respeito à assistência sanitária. Uma valiosa contribuição à medicina preventiva poderia ser dada por visitas domiciliares de enfermeiras competentes. Esta atividade preventiva deve ter certa prioridade, pois o serviço sanitário das congregações religiosas não podem mais se limitar a um serviço caritativo e principalmente curativo mas deve ser integral e num serviço de saúde que vise a cura dos doentes e a promoção da saúde total, por todos os meios de profilaxia, de prevenção e de melhoramentos das condições gerais de vida.

O religioso a serviço dos doentes deve se colocar na linha de frente esforçando-se de todas as maneiras para fornecer mudanças estruturais nesta área da saúde, para que todos os homens achem as mesmas chances e as mesmas possibilidades. Todos têm o mesmo direito fundamental à vida, à alimentação, ao desenvolvimento das suas faculdades físicas, à integridade corporal, à conservação da sua saúde. O religioso deve se colocar ao lado de Cristo que veio para "libertar todos os homens de todas as escravidões do pecado: fome, misérias, opressão, ignorância, doença, injustiça que têm origem no egoísmo (Medelin 1).

Uma última sugestão: Temos uma idéia daquilo que o povo so-

fre para conseguir internamento no hospital? Neste sentido o religioso competente poderia fazer algo pela libertação do povo com a sua presença ativa nos ambulatórios do I.N.P.S.

Conclusão

Tudo que foi abordado neste artigo: a atitude libertadora de Cristo; a realização progressiva desta libertação no correr da história dos hospitais; os sinais esperançosos na mentalidade atual de humanização e de libertação; as sugestões para um engajamento mais direto do religioso no ambiente enfermício, deve ser visto na perspectiva de uma vida autenticamente religiosa a serviço da Igreja de Cristo.

O religioso que está a serviço do irmão doente, deve viver sua fé em Cristo, Salvador e Libertador, que veio restaurar as relações

do homem com Deus, do homem consigo mesmo e com os seus semelhantes. Deve viver a verdade. O serviço prestado ao irmão doente não é apenas um melhoramento da saúde corporal, mas antes de tudo uma profunda inserção na luta empenhada por Deus pelo desabrochamento perfeito da liberdade total do homem todo e de todos os homens.

Este serviço no campo de saúde é essencialmente um serviço de Igreja. E deve ser vivido como tal. Que possamos realizar o sonho de um irmão enfermo que escreve:

“Meus irmãos doentes, ainda um pouco de paciência, um pouco de perseverança. O que espera atrás da porta não é a morte, mas a vida. Vocês se levantarão e partirão. De novo vão descobrir o gosto do pão, do sol e do sal.”

O Pe. Pedro Arrupe, S.J., Superior Geral da Companhia de Jesus, proferiu, no dia 10 de abril de 1972, a conferência que CONVERGÊNCIA apresenta aos seus leitores. A conferência foi pronunciada no Approdo Romano, centro onde se encontram, com periodicidade, Monsenhores da Cúria Romana, Professores e Superiores dos Centros de Estudos de Roma, como ainda Sacerdotes e Religiosos da mesma cidade.

A FIGURA DO SUPERIOR RELIGIOSO ATUAL

PE. PEDRO ARRUPE, S.J.

Há algum tempo, um perito em administração de empresas multinacionais fez uma conferência em nossa Cúria Generalícia, em Roma. Descreveu detalhadamente a organização de tais empresas e esboçou no quadro-negro um organograma que nos pareceu perfeito. Já para terminar sua brilhante exposição, voltou ao quadro-negro, traçou uma grande interrogação e nos disse: "Onde estão os homens para colocar em ação este magnífico esquema? O grande problema das empresas não está em sua organização, mas nos homens. Faltam homens capazes e adaptados às novas circunstâncias de hoje."

Neste momento histórico, algo parecido teremos de dizer também, seja os religiosos seja ainda outras organizações eclesiais. Temos de confessar, com a frase do evangelho, que muitas vezes "hominem non habeo". Encontrar homens capazes, sobretudo, dirigentes e superiores aptos para as atuais circunstâncias, eis um dos mais sérios problemas de hoje.

Sempre foi difícil encontrar líderes e superiores. Nas circunstâncias atuais, porém, está mais difícil ainda. Os objetivos mudam. As possibilidades são novas. As dificuldades também. Os homens são dife-

rentes. O conceito de autoridade apresenta novos aspectos. Modificam-se as relações comunitárias e as relações superior-súbdito. Tornam-se mais precisas e exatas as noções de participação, de responsabilidade, de cooperação. Tudo vai mudando, ou melhor, vai evoluindo com uma aceleração cada dia maior. Quem está capacitado para assimilar estas mudanças e saber se comportar como autêntico superior nestas circunstâncias?

É evidente que mudanças de situações e de circunstâncias, a ênfase dada aos novos valores devem acarretar o aparecimento de um novo tipo de superior, uma forma nova de governo. Impõe-se uma interação eficaz e profunda. A pessoa do superior cria uma forma de governo e o exercício concreto deste governo modela uma figura de superior.

Poderíamos afirmar, em síntese, que até agora tratava-se de dirigir numa cultura estática. Hoje, entretanto, a necessidade é dirigir em uma cultura em rápida mudança. Por esta razão se exigem "homens que tenham a qualidade de traduzir as idéias e as descobertas em ação; que sejam sensíveis às mudanças e até as promovam; que saibam duvidar e suportar a incerteza; que desejem arriscar-se, se querem que eles e suas instituições sobrevivam" (Howard W. Johnson, *Education for Enterprise Management*, páginas 235-237).

Como o mesmo nome expressa muitas vezes a essência das coisas, ao querer dar nome a esta nova figura do portador de autoridade

tratou-se de evitar a palavra "superior", pois tal palavra suscita na mentalidade atual uma sensação de discriminação, de paternalismo ou de triunfalismo, que dificilmente se tolera. Sei de um Capítulo Geral no qual se quis trocar este nome por um mais moderno, porém ao analisar o essencial da função de superior não se encontrou outro nome que abrangesse adequadamente os diversos aspectos. Palavras como pai, irmão, líder, coordenador, administrador, chefe espiritual etc. indicam, cada uma, uma função especial e não expressam adequadamente tudo o que é um superior. Concluiu-se então que era ainda o melhor, conservar o nome de superior, pois era ainda a melhor palavra para indicar o que é realmente um superior. Queiram me perdoar a tautologia, aqui, porém, necessária.

Esta tendência já se revelou em muitas ocasiões. Nos mesmos documentos eclesiásticos, o uso dos termos "moderador", responsável, coordenador, etc. em lugar de superior, assim como em lugar de súbditos, "sodales", irmãos, cooperadores, revela um esforço para diminuir diferenças.

Papel do Superior no momento histórico atual

Tracemos uma explicação descritiva daquilo que a palavra "superior" significa.

Se o papel do superior apresenta hoje alguns caracteres novos e alguns antigos com especial acento, o essencial permanece igual. O su-

perior moderno, portanto, será aquele que, mantendo-se fiel ao que, no ofício, é essencial e imutável, no portador de autoridade em Cristo (1 Tes 5, 12; Col 3, 18), sabe acomodar-se às circunstâncias modernas.

Não é fácil encontrar homens que, conservando os princípios básicos lucidamente assimilados, contem com a elasticidade e a maleabilidade de fazer a aplicação moderna de tais princípios; homens que não só sejam capazes de resistir ao **choque do futuro** (Alvin Toffler), mas ainda a energia de manter o perene e eliminar o obsoleto; que possuam tal poder de discernimento que consigam julgar os sinais dos tempos atuais e acomodar-se a eles sem descuidar em nada sua verdadeira função. O superior num momento como o presente deve ser, ao mesmo tempo, tutor do passado ainda válido e agente de mudança do presente que espreita o futuro.

O exercício da autoridade como serviço

A nova figura do superior parte de um enfoque e de uma valorização nova de suas funções características. O exercício da autoridade é considerado hoje não como um poder ou um privilégio mas como **um serviço**. Verdade fundamental, baseada na passagem evangélica "non veni ministrari sed ministrare" e que pode ser erroneamente interpretada. O serviço da autoridade é específico e inalienável. Não está precisamente em que o superior se converta "num escravo da comu-

nidade" e exerça os ofícios mais humildes em favor dos demais. Em certas ocasiões pode ser edificante como ainda pode aparentar um escape a induzir que se deseja deste modo executar o outro serviço que é próprio e exclusivo do superior, serviço muito mais difícil, às vezes, angustiioso.

O verdadeiro **serviço do superior está em buscar e discernir a vontade de Deus**, fazendo-se seu intérprete e manifestando-a aos seus súbditos, seja individualmente seja comunitariamente, através de um mandato que, em muitos casos, revela-se com um matiz de manifestação desta vontade e também de "missão apostólica". O específico e inalienável no superior é uma função de interpretação da vontade de Deus a respeito de seus súbditos e que estes aceitam em obediência.

O específico da autoridade que provém de Cristo e se exerce para Cristo e em Cristo deve estar longe, seja do "autocratismo arbitrário" que se pauta pelos impulsos pessoais (o superior deve ser o intérprete responsável e fiel daquilo que Deus quer num determinado momento e em determinadas circunstâncias, seja do tímido "laissez faire" que, com falsa humildade se inibe de exercitar a autoridade, cometendo talvez, com aparente bondade, o pecado mais grave contra a responsabilidade de superior que é o pecado de não exercer a autoridade que lhe é exclusiva.

Não é de se estranhar que o superior se encontre atormentado, às vezes, por uma dialética interna: a tensão entre o humilde reconheci-

mento de sua inferioridade em virtude e qualidades humanas frente a muitos de seus súbditos e a força da autoridade recebida de Deus, que lhe garante, enquanto superior, uma ajuda especial e lhe confere uma segurança e uma fortaleza tais, que se sentirá capaz de exercer esta legítima autoridade embora contra a oposição mais forte e organizada de pessoas ou grupos de grande valor humano.

O serviço prestado pelo superior e muito percebido no mundo de hoje, reveste-se também **do caráter de responsabilidade para com as pessoas dos súbditos.** O superior deve cuidar deles como homens e como religiosos. Esta responsabilidade, além de sua grande importância, é hoje especialmente percebida. O súdito hoje, apesar de falar com despeito do superior, na hora da verdade quer sentir-se dirigido e protegido por seus superiores e não tolera que se prescindam dele como pessoa, ou que se antepõem outros interesses a sua pessoa como tal. A figura do superior administrador, que oprime seus súbditos como pessoas, para lograr eficácia nas obras, hoje não se admite. Nem tampouco se tolera o superior que, levado por outros in-

teresses, prescinde de sua comunidade e de seus membros, abandonando-os a si mesmos.

Há ainda outro aspecto deste serviço do superior e que ele realiza como fator de unidade e intérprete da vontade de Deus na comunidade que lhe é confiada. O superior deve ser o símbolo e a garantia de unidade dos membros da comunidade entre si e da unidade com o mesmo superior. Ele deve ser o inspirador e o coordenador da vida comunitária, de modo que esta possa realizar sua missão com respeito a seus membros e ao trabalho apostólico. A comunidade não é somente um objeto de responsabilidade para o superior, mas se constitui em seu interlocutor, em elemento de inspiração, já que o Espírito se comunica através dela e se manifesta através de seus desejos e das sugestões de seus membros.

Não pode o superior prescindir de sua comunidade já que a busca dos planos de Deus com relação a ela se manifesta frequentemente através da mesma comunidade. Que é, em muitos casos, o diálogo comunitário se não a circulação do Espírito entre o superior e seus súbditos como grupo, entre o supe-

rior que pede conselho e a comunidade que manifesta o que o Espírito lhe inspira?

Na atualidade, função do superior e função importante, é também a de **unificador de sua comunidade**. Deve manter-se independente, em qualquer espécie de divisões ou facções que possam surgir nela. Ele é quem procura a mútua compreensão, quem protege a comunidade das pressões ou modos de proceder inaceitáveis, quem se faz protetor da minoria e “voz dos tímidos sem voz”, logrando que se ouçam seus desejos e suas representações. O superior não pode ser “acceptor personarum”. Deverá ser, antes de tudo, **homem de oração, homem unido a Deus**. Este contato com Deus, se é verdadeiro e eficaz, o manterá disposto sempre a seguir a vontade divina. As grandes decisões do superior deverão ser sempre tomadas em íntimo contato com Deus. Esta será sempre a base fundamental de todo o seu trabalho e de sua atividade.

Algumas características do serviço do superior hoje

As diretrizes do Concílio Vaticano II nos ajudam a completar alguns dos elementos que devem ca-

racterizar este serviço que o superior deve prestar aos seus súditos.

1. Defensor do carisma do fundador. O superior religioso (é a ele que me refiro concretamente agora) é o responsável pela evolução de seu Instituto, porém, de uma evolução que se obtenha sem o mínimo desvio da inspiração fundacional primeira. Tais desvios, que podem proceder de sinais contrários, são sempre suicidas. E o suicídio se produz tanto por um salto mortal no vazio, quanto por inanição lenta do imobilismo de uma prisão. Um papel capital do superior é hoje o da adaptação e da renovação. Chegará a ele pelo estudo e pela reflexão profunda sobre o carisma do fundador para identificar aquilo que é historicamente condicionado e que por isso pode paralizar uma adaptação máxima e para não correr o perigo de eliminar no carisma fundacional, o que levou a Igreja Hierárquica à aprovação do Instituto.

2. Fator de união. Deve ser o superior fator de união na comunidade que preside. Trate-se da comunidade de todo o corpo do Instituto, o caso do superior geral, ou de uma comunidade local. O superior local deverá ser ainda o laço de união entre a comuni-

dade local e a universal ou o corpo do Instituto, de modo que se produza a integração dos membros (comunidades locais) no corpo total (comunidade universal) para que cada membro seja vitalizado pela saúde do corpo total e contribua com sua vitalidade de membro para a vitalidade do corpo total. Missão do superior, sumamente delicada e fundamental, manter esta união, esta unidade no pluralismo, as forças aparentemente opostas da adaptação local, que conota uma tendência centrífuga pluralizante e da unificação do Instituto, que supõe um impulso de sentido centrípeto.

3. Respeito às pessoas. O superior deverá levar em consideração e manifestar respeito à pessoa humana de seus súbditos, promovendo neles a personalidade e também a submissão voluntária. Este respeito à pessoa precisa ser bem interpretado, porque se é verdade que os direitos pessoais são sagrados, também o é este de que, ao aceitar a vida religiosa, se renunciou a muitos destes direitos e que a perfeição da pessoa humana se obtém, muitas vezes, pelo holocausto oferecido a Deus na obediência, seguindo o exemplo de Cristo (Fil 2, 8). Manifesta-se o respeito à pessoa quando se procura conhecer suas idéias e seus sentimentos, a fim de tê-los em consideração, ou as qualidades pessoais para desenvolvê-las.

4. Caridade e confiança. Manifestar aos súbditos a caridade com que Deus os ama (PC n.º 14), mostrar interesse e, sobretudo, confian-

ça neles, são características que devem fomentar-se sempre, porém, hoje mais do que nunca. A confiança é a pedra de toque para que exista o verdadeiro espírito na relação superior-súbdito. Se não existe confiança, o relacionamento se faz à base do temor ou frialdade, ou de tensão e mútuo receio, que paralizam qualquer relacionamento interpessoal e todo dinamismo apostólico. Pelo contrário, a mútua confiança é uma fonte de bem-estar, de intimidade e de iniciativa apostólica. Saber o súbdito que o superior tem confiança nele e saber o superior que a recíproca é verdadeira é a base que garante a harmonia indispensável em toda relação superior-súbdito.

5. Intérprete dos sinais dos tempos. Os sinais dos tempos são manifestação da ação do Espírito no mundo. Quando não procedem do bom espírito podem converter-se em verdadeiros anti-sinais, em contra-testemunhos. Esta é a razão da importância hoje do “discernimento dos espíritos”. A leitura dos sinais dos tempos poderia traduzir-se, ao menos em grande parte, “por discernimento dos espíritos”, uma vez que o importante não é tanto a manifestação externa mas o espírito donde procede.

É capital saber auscultar e discernir as situações novas e as correntes atuais para uma direção acertada. A secularização, as mudanças, o desenvolvimento, a libertação, a crítica, a contestação, a desinstitucionalização, a demitização etc. são outros fenômenos de duplo sentido que precisam ser exa-

minados com um profundo discernimento e através dos olhos de Cristo. Este é um dos grandes papéis do superior atual.

6. Assimilador de elementos positivos. Uma vez feito um verdadeiro discernimento, o superior deve ser capaz de assimilar e integrar os novos elementos positivos. Não resta dúvida que, entre os sinais dos tempos, há sempre elementos positivos que podem ser incorporados à nossa vida atual e à vida de nossas instituições. O diálogo, a corresponsabilidade, a subsidiariedade, o desenvolvimento da responsabilidade, a intercomunicação pessoal, a autocrítica etc. dão às nossas comunidades e aos seus componentes novas formas e novas fontes de vitalidade, que um superior deve tratar de utilizar e integrar em seu governo.

É necessário saber aproveitar inclusive os elementos do mundo moderno: universalismo, comunicação, mobilidade. Os meios técnicos de comunicação, de transportes etc. proporcionam novas possibilidades de planificação e de utilização dos valores pessoais e abrem oportunidades de colaboração e intercâmbio que há alguns anos atrás seria impensável.

Capítulo à parte desta integração seria a adoção de métodos administrativos próprios das empresas industriais, enquanto utilizáveis e úteis para o bom governo das instituições religiosas. Evidente que na maneira de governo de uma empresa há muitos pontos diversos daqueles que são próprios de uma

instituição, de ordem religiosa, mas é evidente também que muitos outros são aproveitáveis completamente. Um estudo sereno e objetivo da organização e da administração das empresas pode proporcionar elementos e procedimentos que darão maior eficácia ao dinamismo de nossas instituições e obras apostólicas. Seria o caso de aplicar de um modo moderno, digamos empresarial, os princípios sobrenaturais que nos são familiares.

7. Inspirador. A tarefa de ser inspirador é sumamente necessária no superior em momentos como os atuais tão propícios para a frustração, para o desânimo, para o pessimismo e para a crítica destrutiva. Isto supõe no superior uma grande confiança em Deus e nos homens de sua comunidade, a quem atribui sempre boa vontade. A capacidade de inspirar requer um grande realismo objetivo nos juízos de valor e uma grande fortaleza e magnanimidade sobrenatural, que só pode fundamentar-se em Deus e em sua providência. O inspirador é aquele que sabe conservar grande realismo no meio de uma visão ampla e profunda das coisas e uma grande abertura e confiança em Deus e nos seus súbditos e sabe, ao mesmo tempo, comunicar estas qualidades. Assim os súbditos se convertem nos melhores colaboradores.

Esta é a base de todas as qualidades que se requerem hoje no verdadeiro líder e que se encontram elencados nos livros especializados nesta matéria.

8. Homem que se renova. A imagem do superior pós-conciliar é a imagem de um homem consciente das mudanças constantes do meio em que vive e que aceita esta realidade. O superior deve estar hoje alerta a uma contínua renovação, o que evidentemente supõe que seja homem que queira renovar-se constantemente.

Um homem que se renova a si mesmo:

a) Supera a rotina. Não se sente prisioneiro de hábitos rotineiros. Fomenta sempre o desejo de prestar um serviço melhor e tenta compreender este desejo de renovação que descobre e observa nos demais. Cresce neste superior a capacidade de aceitar as mudanças necessárias ou as opiniões diferentes da própria.

b) Aceita o risco de equivocar-se. Para aprender é necessário arriscar. O homem que quer progredir deseja experimentar e aceitar prudentemente alguns riscos. Não teme a avaliação de suas atuações nem as críticas que se lhe fazem. Tem a humildade necessária para reconhecer seus erros assim como a fortaleza para não se desanimar e recomeçar tudo do princípio, se necessário. Esta é a razão pela qual uma pessoa jovem aprende mais que uma pessoa madura, porque, de ordinário, arrisca mais. A madura arrisca menos e reconhece seus erros com mais dificuldade. Se queremos aprender teremos de nos arriscar a equívocos. No dia em que quisermos estar seguros de tudo teremos freado nossa capacidade de adaptação e de evolução. O supe-

rior que acredita ou aparenta acreditar que tem respostas certas para todos os problemas atuais não é aquele que inspira mais confiança neste complicadíssimo mundo de hoje.

c) Estuda continuamente os objetivos apostólicos. É outro elemento de uma sólida renovação: a análise feita, sempre de novo, sobre os objetivos da própria atividade. Quais devem ser hoje as prioridades? Não conviria modificá-las? A criatividade é uma qualidade hoje muito necessária. Não apenas as atividades, mas a própria vida e testemunho, a escala de valores etc. devem ser modificados com o passar do tempo. O superior que se renova deve manter-se numa constante reflexão sabendo que nestas circunstâncias de mudanças tão rápidas a verdadeira estabilidade é a estabilidade do movimento.

d) Adapta as estruturas de governo. O mesmo se deve dizer da renovação e da mudança das estruturas mesmas do governo, uma vez que não somente se transformam os objetivos mas o próprio modo de governar é diverso hoje, como ainda são diversos os elementos que devem ser integrados: a comunicação, a participação, a subsidiariedade etc. coisas todas que têm decisiva influência no modo de estruturar o governo. Por este motivo adquire tanta importância a renovação das estruturas, para torná-las mais eficazes, mais rápidas, mais maleáveis. O espírito cria a estrutura e, por sua vez, a estrutura sustém e torna operativo o espírito.

e) Sente a necessidade de reciclagem. Hoje é possível prolongar fisicamente a vida e a juventude, porém, ideológica e culturalmente se envelhece num ritmo muito mais acelerado. Daí a necessidade de se buscar numa contínua reciclagem novas fontes complementares de energia, idéias novas, métodos novos, novas colaborações. É uma necessidade estar sempre abertos a bons conselheiros e a novas iniciativas.

f) Favorece um pluralismo sadio. Para evitar um personalismo muito centralista é necessário harmonizar o centralismo com a conveniente subsidiariedade mais despersonalizante. Num verdadeiro esforço de renovação neste sentido, apreciam-se melhor as características e as diferenças de uma organização monolítica (própria de uma organização centralizada) e de uma pluralista (que se deriva da subsidiariedade). Na monolítica existe um ponto-de-vista para cada atuação, as iniciativas devem vir sempre do centro. O poder central controla tudo, com o que as mesmas decisões se centralizam. Na organização pluralista se toleram os diversos pontos-de-vista. O poder se distribui. As iniciativas procedem de diversas fontes e de diversos níveis, e as decisões se repartem em muitos e diferentes níveis.

O superior atento à realidade vivida sabe bem que o pluralismo não é desagregação, nem desmembramento, nem caos, mas que tem seus perigos. Sabe também que embora a centralização tenha suas vantagens (unidade, rapidez etc.), se to-

das as inovações têm de proceder de um só centro de decisão, rapidamente se paralizarão, porque irão se acumulando no centro todas as questões e chegarão a obstruir o único ponto central de dinamismo se já anteriormente não se teria esgotado de maneira prematura, depois de anular e inimizar todas as fontes de iniciativas periféricas. O chamado "pluralismo sadio" é aquele que sabe combinar uma prudente centralização com a necessária liberdade da periferia.

g) Admite a crítica. O superior moderno que quer se renovar sabe que será criticado e aceita. Não atribui à crítica uma ofensa pessoal, mas reconhece nela um aviso e uma matéria de reflexão. Consciente ademais que numa sociedade dividida como a atual não poderá agradar a todos, poderá ter até ocasiões de desagradar a todos. Procurará por isso ser objetivo e justo em suas decisões prescindindo do que dirão. Esforçar-se-á para prescindir da popularidade, seguro de que, no decorrer o tempo, a verdade, a justiça e a sinceridade se impõem. Não é um homem político que procura tomar sempre as decisões mais populares.

h) Promove a comunicação. Um superior que quer se renovar conhece o valor da comunicação. "A comunicação se estende um pouco além da simples manifestação dos pensamentos da mente ou a expressão dos sentimentos do coração. A plena comunicação supõe uma verdadeira doação de si mesmo aos impulsos do amor. A comunicação

de Cristo é realmente espírito e vida” (Instrução Pastoral *Communio et Progressio*, n.º 11).

O problema da comunicação em toda grande organização não é somente um problema de informação, de ouvir coisas novas ou de satisfazer a curiosidade. Na base deste problema há outros elementos. Para além da mensagem e da notícia que se dá, encontra-se a pessoa mesma que comunica, com sua vida íntima intelectual e emocional, com suas atitudes, suas diferenças culturais.

O papel do superior está no como abrir estes canais em seus súbditos para facilitar o intercâmbio comunicativo; no como remover ou eliminar o bloqueio psicológico espiritual; no como conseguir que entre os membros de sua comunidade e entre ele mesmo e sua comunidade exista a mesma longitude de onda de transmissão e recepção.

A boa comunicação de pessoa à pessoa e dos membros de uma comunidade entre si, produz o conhecimento recíproco, compreensão e respeito, ao descobrir a ação insuspeita do Espírito na alma de nossos irmãos. Desta comunicação assim entendida nasce a verdadeira comunidade. Este é o grande meio para se unir à comunidade local e universal e para diminuir as tensões e produzir as mudanças ne-

cessárias sem violências, revoluções ou destruições.

Com esta mútua comunicação, íntima e pessoal, que pode chegar até o mais recôndito da consciência se obtém aquela intimidade espiritual tão necessária para o bom governo.

Um aspecto especial é a comunicação das decisões e sua motivação, que devem se dar com oportunidade. Os súbditos querem saber hoje o como e o porquê das decisões que afetam intimamente suas vidas. Sabem reconhecer e aceitar que, em muitos casos, o superior está obrigado ao segredo profissional ou de consciência, embora a medida do segredo e da reserva num bom governo pode ser hoje muito diversa daquela que se dava há alguns anos. Não é fácil encontrar o modo justo de proceder e a desconfiança dos súbditos pode originar-se tanto da excessiva reserva como das manifestações ou confidências imprudentes de coisas particulares.

i) Busca sucessores aptos. O superior que se renova e ama a sua instituição procura formar pessoas que o possam suceder, espíritos que estão alertas, criativos, prudentemente arriscados, que tenham “aprendido a aprender”. Tais elementos serão a melhor garantia de uma perpétua vitalidade renovadora.

OS GRANDES TEMAS DO NOVO TESTAMENTO, John L. Mckenzie, S. J. Tradução do original inglês **The Power and the Wisdom, an Interpretation of the New Testament**, das Monjas Beneditinas do Mosteiro de Nossa Senhora do Monte, Olinda. Editora Vozes Ltda., 1972. Páginas 322.

LIVROS NOVOS

Uma excelente Introdução à leitura do Novo Testamento aplicando-o à vivência do homem dos nossos dias. Não utilizando linguagem ou aparato científico, pode ser indicado às pessoas cultas e àquelas que não possuem cultura especializada. Trata de modo especial dos autores dos Evangelhos, de sua forma literária, da situação histórica da época de Jesus e dos evangelistas, da nova vida pregada por Cristo, de São Paulo e da primeira grande crise na Igreja, apresentando estes temas e vários outros de uma maneira viva, profunda, agradável. Talvez seja este o melhor livro já escrito sobre o tema, considerando-se o público a que se destina.

MISSÃO DA IGREJA NO BRASIL. Edições Loyola, 1973. Páginas 230. Uma série de conferências e estudos na V Semana de Reflexão Teológica da Faculdade de Teologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS.

A Faculdade de Teologia Cristo Rei, de São Leopoldo, RS, realiza anualmente desde 1967, uma Semana de Reflexão Teológica. São quatro dias intensos, durante os quais especialistas em diversos ramos, professores de Teologia e matérias afins, agentes de pastoral e estudantes de nível universitário, refletem juntos sobre um tema de importância atual.

A V Semana de Reflexão Teológica, realizada de 26-29 de setembro de 1972, versou sobre Missão da Igreja no Brasil. Intencionava-se detectar algumas linhas mestras desta missão. As conferências deste volume, tendo presente a

realidade religiosa brasileira, sua origem, condicionamento e evolução, junto aos desafios sócio-político-econômicos de nosso país, desejam indicar, à luz do evangelho, alguns princípios, critérios e pistas para a missão da Igreja no Brasil.

O Concílio Vaticano II na Constituição **Lumen Gentium** nos diz:

— Uma vez que a Igreja é em Cristo como que o sacramento, ou sinal ou instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano, ela deseja oferecer a seus fiéis e ao mundo um ensinamento mais preciso sobre sua natureza e sua missão universal, **L G, I.**

Propondo-nos descobrir algumas pistas para a missão da Igreja no Brasil, faz-se mister refletir sobre o ser, a natureza íntima da própria Igreja, pois dela deriva sua missão concreta. Eis o sentido da primeira conferência pronunciada pelo **Padre Karl Josef Romer: O MISTÉRIO DA IGREJA NA HISTÓRIA.**

Mas a Igreja, fundada por Cristo, vive no mundo e para o mundo. Ela lança suas raízes no passado histórico, numa outra época, numa outra civilização. A Igreja brota do Cristo, do Cristo histórico, do Cristo da fé, do Cristo que superando a própria história nela continua presente. A Igreja desta forma cresce, desenvolve-se dentro das culturas e civilizações de cada época. **Padre Herbert Wetzel** procura informar sobre **O CONDICIONAMENTO HISTÓRICO-ÉTNICO-CULTURAL DA IGREJA NO BRASIL** e o **Padre Artur Rabuske, A CONTRIBUIÇÃO TEUTA À IGREJA CATÓLICA NO RIO GRANDE DO SUL.**

Querendo refletir sobre a missão da Igreja no Brasil, não se podia deixar de tomar em consideração **A RELIGIOSIDADE POPULAR BRASILEIRA**, seus condicionamentos, valores e perspectivas, **Frei Francisco Cartaxo Rolim**; como o fenômeno dos **MESSIANISMOS NO BRASIL**, fenômeno que em todas as épocas influenciou a realidade da Igreja e continuará a influenciá-la, **Padre Beno Brod.**

Esta Igreja que é mistério, que é sinal e instrumento de união dos homens com Deus e dos homens entre si, que é condicionada por tantos fatores históricos e culturais, é também instituição visível e concreta. Como instituição está a serviço da evangelização, do anúncio da Boa Nova, do anúncio do Reino de Deus. Como realizou, realiza e realizará este seu serviço no Brasil? **Padre Jesus Hortal** com **INSTITUIÇÕES ECLESIASTICAS E EVANGELIZAÇÃO NO BRASIL** procura dar uma resposta.

Uma concretização histórica destas estruturas no momento atual são as comunidades de base. **Padre Affonso Gregory** apresenta **PESQUISA EXPLORATÓRIA SOBRE COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NO BRASIL.**

A Igreja procura oferecer a mensagem da fé, do amor, da esperança, de um Deus que se encarnou, ao homem de nossos dias, dentro de uma realidade concreta sócio-político-econômica, realidade que é um desafio à missão da Igreja, principalmente porque esta missão pertence inseparavelmente a uma missão social. Qual é esta missão? **Padre Fernando Bastos de Avila, MISSÃO SOCIAL DA IGREJA HOJE**, responde.

A Igreja não pode canonizar o passado, nem pode fixar-se no presente. A Igreja do passado e do presente é a Igreja em tensão, em marcha para o futuro. O homem de nossos dias está marcado profundamente pelo sentido do futuro, a ponto de ter criado novas ciências para estudá-lo e para penetrar no dia de amanhã que o fascina. Outrora o homem procurava penetrar no dia de amanhã interrogando os astros, hoje não tenta penetrar no impenetrável, mas criar o futuro.

A Igreja tem por missão específica pregar o Reino de Deus que chegará à sua plenitude na escatologia. A partir do futuro procura viver o presente, pois "o mistério do homem se torna claro verdadeiramente no mistério do Verbo encarnado," naquele que superou o dado histórico e está sentado à direita do Pai. Nesta perspectiva o cris-

tão procura exercer sua missão profética. Neste contexto, tema específico de capital importância foi O PAPEL PROFÉTICO DOS CRISTÃOS, na conjuntura da realidade brasileira, **Padre Urbano Zilles.**

Qual é finalmente ante a complexa realidade brasileira, histórica, cultural, religiosa, política, econômica e social, a missão da Igreja na perspectiva da libertação? A Missão específica dos religiosos e dos leigos? A MISSÃO DOS RELIGIOSOS NA ATUAL CONJUNTURA DA IGREJA NO BRASIL, **Padre Oscar Mueller.** A MISSÃO DA IGREJA NA PERSPECTIVA DA LIBERTAÇÃO e A MISSÃO DOS LEIGOS CRISTÃOS, **Dom Cândido Padin.**

A leitura de A MISSÃO DA IGREJA NO BRASIL ajudará a muitos, sacerdotes, leigos e religiosos a viver concretamente esta missão.

EXISTE UMA MORAL CRISTÃ?, de Josef Fuchs. Tradução do original alemão por Clemente Rafael Mahl. Edições Paulinas. Ano 1972. Páginas 250.

Os capítulos deste livro foram escritos independentemente um do outro e em circunstâncias diversas. Todavia, tratam fundamentalmente de um único tema, examinado sob aspectos vários e sob formas diversas. Tema que pode ser assim resumido: Que é a moral cristã? E, por conseguinte: Qual é a teologia moral cristã? A presença contínua deste denominador comum torna inevitáveis algumas repetições. Mas esta mesma repetição contínua de tema de fundo torna também possível o exame minucioso de diversos outros problemas no quadro do mesmo tema e

um desenvolvimento gradual de determinadas reflexões e tentativas de solução.

O problema da moralidade cristã e da teologia moral cristã quer aprofundar acima de tudo dois problemas e sua unidade, propostos como dois aspectos diversos em dois documentos do Concílio Vaticano II.

O Decreto OPTATAM TOTIUS retoma de forma precisa os esforços teológicos dos últimos decênios com vista a uma "cristianização" da teologia moral. Este decreto a entende como a doutrina acerca da vida do cristão, vista co-

mo resposta à chamada em Cristo, da qual nos fala a fé. Lembra a necessidade de que a aceitação do chamado em Cristo se exprima ao nível do terreno do amor do próximo neste mundo.

A constituição **GAUDIUM ET SPES** trata principalmente das questões relativas a este mundo do próprio homem. Interroga-se sobre a forma de desenvolvimento do homem, da humanidade, do mundo que se coaduna com o ser cristão e com o amor.

Os capítulos deste livro seguem de forma mais acentuada a orientação da *Gaudium et Spes*. Aproximam-se, por isso, de uma tendência secularizante (no melhor sentido do termo), mesmo se se esforçam para pôr em evidência o entrelaçamento do momento vertical e horizontal. De um lado, deve-se afinal, poder ver como a moralidade cristã é inteiramente e sob todos os aspectos cristã, isto é, como se situa dentro da dinâmica da fé.

De fato, não existe um puro **humanum** na moral cristã. E é uma tarefa imprescindível da teologia moral mostrar em que consiste propriamente este **christianum**. De outro lado, o cristão deve viver sua existência cristã como homem, isto é, como um autêntico **humanum**. Levanta-se, portanto, o problema, especialmente num tempo de secularização e de ativa transformação, não conhecida deste modo até hoje, do homem e de seu mundo, sobre a natureza do **humanum** e sobre o modo como pode ser conhecido seja como norma permanente seja como indagação que se apresenta de quando em quando.

Josef Fuchs desenvolve neste livro não só complexos temáticos de viva

atualidade, mas faz convergir todas as suas reflexões para uma opção de fundo que sirva de orientação neste tempo de decisões difíceis.

ENSINAR A PENSAR, TEORIA E APLICAÇÃO, de Louis Rath, Arthur Jonas, Arnold Rothstein, Selma Wassermann. Tradução do original americano **Teaching for Thinking, Theory and Application**, de Dante Moreira Leite. Editora Herder e Editora da Universidade de São Paulo. Ano 1972. Páginas 450.

Dizia Blaise Pascal (1623-1662):

— O homem é um caniço, a coisa mais frágil na natureza, mas é um caniço pensante. Para destruí-lo, não é necessário que todo o universo se arme. Para matá-lo, basta uma gota de água, basta um vapor. No entanto, ainda que o universo o destruísse, o homem continuaria a ser mais nobre do que aquilo que o mata, pois sabe que morre e sabe qual a vantagem do universo com relação a ele. E isso é ignorado pelo universo. Portanto, toda a nossa dignidade reside no pensamento. É através deste que devemos nos elevar e não através do tempo e do espaço que não podemos encher. Procuremos, portanto, pensar bem. Aí está o princípio da moralidade.

Ensinar a pensar é uma constante na educação da juventude. O livro que a Editora Herder e a Editora da USP oferecem, fornece os instrumentos da arte de pensar e como desenvolvê-los entre os jovens. **ENSINAR A PENSAR** mostra como incentivar a atividade reflexiva dentro do esquema escolar em vigor. Os processos de abstração são substituídos por determinadas técnicas

práticas que auxiliam o desenvolvimento das habilidades de reflexão do aluno.

Os autores expõem uma teoria sobre a reflexão que vê nos diversos aspectos do comportamento do escolar a explicação para a falta de experiência reflexiva existente. PENSAR é definido em termos de comportamentos observáveis. Ao invés de sugerir currículos, os autores sugerem meios de ensinar o aluno a pensar, qualquer que seja o currículo oficial adotado. Na primeira parte os autores desenvolvem a teoria, descrevem os comportamentos que revelam claramente a pouca aptidão e fornecem as linhas mestras dos procedimentos operacionais que exercitam e desenvolvem os processos de reflexão em sala de aula.

A segunda e a terceira partes ocupam-se das classes de 1.º e 2.º graus do ensino e apresentam fartos exemplos de aplicações práticas das técnicas que visam incentivar a reflexão nos referidos graus de ensino. A quarta parte fala da função do mestre e inclui uma seção que trata dos **auxílios** e dos **obstáculos**. A quinta parte examina o caso de crianças que revelam reflexão defeituosa e como mudam neste sentido depois de aplicadas intensamente as técnicas operacionais descritas.

CURSO DE PREPARAÇÃO PARA O BATISMO, de Frei Bernardo Cansi, OFM/Cap. Editora Vozes Ltda. Ano 1972. Páginas 180.

Houve realmente uma mudança de mentalidade, no povo cristão, em relação ao batismo. Muitos pais e padrinhos, cada vez mais numerosos, come-

çam a perceber que o batismo não é mais uma simples tradição sociológica, ou mesmo religiosa, e sim um compromisso muito sério com o Cristo e seu evangelho.

Em vista disso, pais e padrinhos já entendem melhor o pedido feito pela Igreja de que sigam um curso especial por ocasião do batizado de seus filhos e futuros afilhados. **CURSO DE PREPARAÇÃO PARA O BATISMO** foi escrito com a finalidade de ajudar pais, padrinhos, os vigários e agentes pastorais, pondo em suas mãos um texto simples, porém, profundo, que mostre a doutrina do batismo, explique a significação dos gestos de seu ritual, desenvolva alguns pontos essenciais de sua celebração.

Além disso, o livro apresenta também uma série de belas e significativas celebrações em preparação ao batismo, que muito poderão ajudar na compreensão de seu significado mais profundo.

CURSO DE PREPARAÇÃO PARA A CRISMA, de Frei Bernardo Cansi, OFM/Cap. Editora Vozes Ltda. Ano 1972. Páginas 54.

A pastoral hoje não quer ser somente sacramentalista. Todo sacramento deverá ser expressão de fé. Esta fé é gerada pela palavra, pela catequese. Não se trata apenas de levar as crianças e os jovens a receberem um sacramento a mais. Trata-se do sacramento do Espírito Santo. O opúsculo oferece elementos sérios para catequistas, sacerdotes e responsáveis pela pastoral da Crisma, tais como: ● O Espírito Santo na Bíblia. ● A vinda do Es-

plrito Santo como relatam os Atos dos Apóstolos. ● O sacramento da crisma. ● Melhor compreensão do novo ritual da Crisma.

MÚSICA POPULAR — TEATRO & CINEMA, de José Ramos Tinhorão: Editora Vozes Ltda. Ano 1972. Páginas 300.

A existência de um preconceito histórico das elites brasileiras contra os temas da cultura popular, em geral, e da música popular, em particular, fez com que se chegasse à atualidade sem uma memória dos processos de criação, às vezes geniais, produzidos silenciosamente pelas grandes camadas das cidades de meados do século XIX até o presente.

No caso das relações entre a música popular e dois dos mais importantes veículos de cultura de massa — o teatro musicado e o cinema — o presente livro chega, afinal, para atender a uma curiosidade que não se esgota nestes temas, mas se liga a outros sugeridos pelo moderno estudo das comunicações. Mais do que um simples levantamento de produções musicais identificadas com o teatro de revista e o cinema no Brasil, o trabalho de José Ramos Tinhorão se amplia e ganha oportunidade ao traçar um quadro histórico desses dois gêneros de espetáculos, ao mesmo tempo em que interpreta sociologicamente o seu papel de veículo de novas propostas culturais.

Obra de nível universitário pelo rigorismo e profundidade da pesquisa — **MÚSICA POPULAR / TEATRO & CINEMA** — torna-se obrigatório não apenas para os interessados em cultura popular, mas como exemplo dirigido a todos, de um original tratamento crítico e sociológico de temas caros aos que estudam o moderno e vasto campo das comunicações.

REVOLUÇÃO DO CATOLICISMO NO BRASIL, de João Alfredo Montenegro. Editora Vozes Ltda. Ano 1972. Páginas 190.

É uma história do catolicismo no Brasil ou uma história da Igreja no Brasil. Trata-se de um enfoque novo, centrado na história das idéias a que se filia a história eclesiástica. É um esforço valioso de elucidação da problemática do catolicismo no Brasil através de um desdobramento temporal interpretado num encaixe de fatores intercorrentes, dinamicamente reais e sempre ponderáveis na formação da idéia e do comportamento da Igreja.

O fatural é recolhido com sobriedade, desapegando-se do detalhe supérfluo. Sem dúvida, estamos diante de um substancial subsídio para uma tomada de posição consciente da Igreja no presente, emprestando maior solidez e funcionalidade ao planejamento pastoral.

ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO À PROFESSORA, de Therezinha Lins de Albuquerque. Editora Vozes Ltda. Ano 1972. Páginas 100.

A respeito do livro, escreve o Padre Antonius Benko, S.J., da PUC-RIO:

— Poucas pessoas desempenham o papel de psicólogo escolar no Brasil. Muitas delas estão incertas no rumo a seguir. A tentação de alguns de transformar a escola numa espécie de consultório clínico irrestrito e aplicar a torto e a direito as diversas correntes de psicoterapia é contrastada por outros com aplicação quase mágica de testes e questionários. Considerar todos os integrantes da escola como necessitados de uma terapia analítica ou reduzi-los a puros objetos a serem classificados e mensurados corresponde a dois exageros na psicologia clínica.

— Pergunta-se, entretanto, se não são deslocadas no contexto escolar. Reduzem a angústia do psicólogo inseguro face à situação escolar em vez de responder à realidade.

— Therezinha Lins mostra que há outros caminhos mais válidos. Caminhos estes de maneira alguma menos profundos nem menos positivos que os mencionados. São contribuições do psicólogo preocupado em ajudar o crescimento integral da personalidade do educador e através dela a dos alunos. Decorrem da viência e dos princípios da verdadeira psicologia dinâmica.

— Trata-se de um trabalho pioneiro. O tom da exposição permanece pessoal, direto, familiar. Constitui um convite para refletir onde poderá ser aplicado o mesmo espírito que inspirou as experiências de Therezinha Lins. Numa época

em que a psicologia procura assumir sua responsabilidade social e deseja tornar-se um serviço comunitário, em vez de enquadrar em seus esquemas pré-fabricados as pessoas, o caminho trilhado por T. L., deve ser saudado com entusiasmo. Espera-se que a parte relativa aos instrumentos técnicos utilizados complete, o mais rápido possível, este volume dedicado a expor a mentalidade que inspirou os trabalhos da Escola Guatemala.

LÓGICA, O CÁLCULO SENTENCIAL, de Leônidas Hegenberg. Editora Herder e Editora da Universidade de São Paulo. Ano 1973. Páginas 180.

O objetivo desta obra é essencialmente este: introduzir, com o desejável rigor, as técnicas dedutivas do cálculo sentencial. Em suas linhas principais, a obra desenvolve, primeiro, algumas observações preliminares, em que "o pano de fundo da investigação" é colocado em suas linhas gerais. E, seguidamente, trata dos seguintes tópicos: relato da história da lógica; estudo das tabelas de valores, dos conectivos e das tautologias, aplicados ao exame dos argumentos; tópicos complementares; teoremas fundamentais da substituição, reposição e dualidade; discussão das técnicas de dedução. O núcleo da obra é o capítulo sobre a teoria da demonstração.

Representa uma rica contribuição didática para o ensino dos temas da lógica moderna, em forma consentânea com as necessidades presentes, à mão de farto material ilustrativo e muitos exercícios de aplicação da matéria.

RECEBEMOS E AGRADECEMOS

NOVO RITO DE PROFISSÃO RELIGIOSA, Edições Paulinas, 1972. **COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS NA IGREJA**, Aury Azélio Brunetti. Edições Loyola, 1972. Páginas 250. **NOVO LEÇONÁRIO DA MISSA**, Ano B, segundo volume. Ano 1972. Páginas 340. Edições Paulinas. **ESTAMOS CRESCENDO**, Livro do Mestre, do Centro de Pastoral Catequética, Nova Iguaçu, RJ. Editora Vozes, 1972. Páginas 140. **CONCILIIUM**,

n.º 74. O quarto volume de 1972. Assunto do volume: Ecumenismo. **CONCILIIUM** é uma revista Internacional de Teologia. **CONSACRAZIONE E SERVIZIO**, revista do Centro das Superiores Maiores da Itália. Dezembro 1972. **JESUS NAS ORIGENS DA TRADIÇÃO**, de Lucien Cerfaux. Tradução do original francês **Jésus aux origines de la Tradition** por Fausto Santacatarina. Ano 1972. Páginas 230.

LÓGICA, O CÁLCULO DE PREDICADOS, de Leônidas Hengenberg. Editora Herder e Editora da Universidade de São Paulo. Ano 1973. Páginas 230.

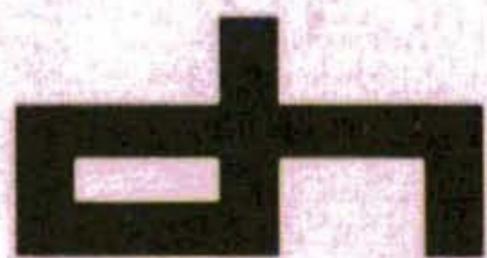
O campo da lógica simbólica não dispõe, em vernáculo e muito menos em obras de autores nacionais, de uma literatura geralmente acessível e abundante. Entende-se, por isso, e pela autoridade de Hengenberg, a aprovação elogiosa que a Universidade de São Paulo confere a esta obra de caráter didático.

LÓGICA, O CÁLCULO DE PREDICADOS é uma continuação de **LÓGICA, O CÁLCULO SETENCIAL**, do mesmo autor. Os temas são apresentados de modo intuitivo, em linhas paralelas às que

foram adotadas no livro anterior. A tônica da obra ressalta das questões de simbolização da linguagem e das técnicas dedutivas, à mão de farta ilustração. Depois de rápida introdução, em que a matéria é apresentada em suas linhas amplas, aborda o autor a interpretação, destinada a identificar as verdades lógicas (as tautologias do cálculo sentencial), as regras de inferência e os axiomas necessários para que as demonstrações e deduções sejam efetuadas. O que valoriza muito a obra é o grande número de exercícios práticos.

O MELHOR QUE SE PODE FAZER PELO BRASIL É CRESCER COM ELE.

O Banco Denasa tem crescido com este país. Ajudando-o a crescer. No momento em que você le este anúncio, pode haver um especialista do Banco Denasa orientando um investimento. Processando financiamentos mais rápidos. Procurando dar maior rendimento às aplicações de pessoas como você. É a nossa maneira de semear progresso e desenvolvimento. Fazendo crescer indivíduos. Empresas. E mesmo uma nação.



BANCO DENASA
de investimento s.a.

dirigido por nomes que você conhece

Presidente do Conselho de Administração
Juscelino Kubitschek

BRASÍLIA - RIO - SÃO PAULO - BELO HORIZONTE